



UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

DO MONOPARTIDARISMO À TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM ANGOLA

Tese de **Mestrado** em Filosofia Política

Aluno: Pedro Fernandes Chimanda

Orientador: Professor Doutor Manuel João Celestino de Matos

Lisboa, Abril de 2010

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	5
ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	7

CAPÍTULO I O ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO PERÍODO COLONIAL, SÉCULO XIX, E O EMERGIR DOS MOVIMENTOS NACIONALISTAS. ESTADO E SOCIEDADE EM ÁFRICA

1. A expansão europeia e a reacção dos povos africanos na luta pela sua libertação.	11
2. A génese dos movimentos nacionalistas angolanos e a busca da identidade nacional no contexto étnico – regional.	14
3. A Guerra-fria e as consequências para África subsariana.	17
4. Génese do Estado em África: crise da soberania e a complexidade africana.	18
5. O falhanço das novas unidades políticas pós-independência.	21

CAPÍTULO II O MONOPARTIDARISMO E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM ANGOLA

1. A origem da luta armada como projecto de construção política.	22
2. A importação de novas teorias ideológicas marxistas em África.	25
3. O percurso histórico dos movimentos independentistas em Angola.	26
4. O período turbulento da independência face à pacificação dos angolanos.	28
5. O processo de paz de 1992 e a formação de partidos políticos em Angola.	31
6. A interrupção dos acordos de 1992: a última guerra e a conclusão do processo de Bicesse.	37
7. O Caso Angolano: a ambivalência entre a Sociedade Civil e o Estado.	39
8. O Memorando do Luena, a conclusão do processo de paz e as próximas eleições legislativas de 2008.	42
9. O simbolismo do Memorando de Entendimento de Luena em 2002 e o culminar do protocolo de Lusaka.	44

CAPÍTULO III AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2008 E A NOVA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

1. Sistema político.	46
2. Constituição da Assembleia Nacional de Angola.	46
3. A estratégia do financiamento desigual dos Partidos.	47
4. Gráfico dos Resultados Nacionais.	49
5. Resultados apresentados pela CNE nas eleições legislativas de 2008.	52
6. O Presidente José Eduardo dos Santos na equação da vitória do MPLA nas eleições legislativas 2008.	52
7. O papel da mulher e o seu protagonismo na vida política angolana.	55
CONCLUSÃO	58
BIBLIOGRAFIA	61

SIGLAS E ABREVIATURAS

ANC	African National Congress (Congresso Nacional Africano)
AAD-COA	Coligação - Aliança Democrática
CCPM	Comissão Conjunta Político-Militar
CEI	Casa dos Estudantes do Império
CMC	Comissão Militar Conjunta
CP	Comissão Política
CNE	Comissão Nacional de Eleições
EUA	Estados Unidos de América
FDA	Fórum Democrático Angolano
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
GRAE	Governo Revolucionário de Angola no Exílio
JMPLA	Juventude do Movimento do Partido de Libertação de Angola
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MPLA-PT	Movimento Popular de Libertação de Angola – Partido do Trabalho
ND	Nova Democracia
ONU	Organização das Nações Unidas
OMA	Organização da Mulher Angolana
OPA	Organização do Pioneiro de Angola
PDP-ANA	Partido Democrático Pelo Progresso/Aliança Nacional Angolana
PAJOCA	Partido da Aliança dos Jovens, Operários e Camponeses de Angola
PLD	Partido Liberal Democrático
PLUAA	Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola
PNDA	Partido Nacional Democrático Angolano
PRD	Partido Renovador Democrático
PRS	Partido da Renovação Social
PSD	Partido Social Democrata
SWAPO	South West African People's Organisation (Organização dos Povos do Sudoeste Africano)
TPA	Televisão Pública de Angola
UNAVEM II	United Nations Angola Verification Mission (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola)

UNITA	União Nacional Para a Independência Total de Angola
UPNA	União das Populações do Norte de Angola
UPA	União das Populações de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

A nossa dissertação desenvolve o tema “*DO MONOPARTIDARISMO À TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM ANGOLA*”. Pretendemos discutir a questão da emergência e a abordagem da democracia, enquanto instrumento de desenvolvimento e governação transparente, e a constituição de um Estado de direito democrático. O principal objectivo da nossa reflexão é contribuir para a edificação de um discurso despretensioso, que na presente situação política, social e económica dos países africanos pós-colonial possa ajudar a alargar os horizontes de todos quantos se interessam por construir sociedades verdadeiramente democráticas, num continente onde o défice democrático é relativamente elevado, constituindo o maior desafio ao desenvolvimento de África no seu todo.

No contexto dos estudos sobre a conjuntura internacional, o continente africano tem merecido algum destaque nos centros de reflexão e debate universitário, e nas mais diversas esferas sociais que abrangem políticos, economistas, jornalistas, missionários e homens de negócios. Mas é nos meios académicos que se tem abordado, de maneira mais sistemática e com um discurso cientificamente elaborado a análise do contexto africano, com maiores resultados. Constata-se, no entanto, entre as diversas abordagens que se têm vindo a realizar, principalmente de carácter mediático, que domina uma visão negativa e em geral pessimista, que tem a ver com as dificuldades e as crises que a África atravessa no seu processo de desenvolvimento e pela fraca participação da sociedade civil.

Este modo de encarar a história do continente, que se baseia tanto em nos factos do passado como do presente, deve ser redefinido com uma linguagem objectivamente crítica, mas positiva, que despertem o interesse e a auto-estima, e seja capaz de fazer desabrochar um novo rumo no pensamento político africano para a reconstrução de uma verdadeira democracia e de sociedades plurais de plenos direitos, onde se consagrem os deveres de cidadania, de modo a promover os valores e o exercício da democracia, fulcrais para a estabilidade política e económica dos países africanos pós-coloniais.

Vamos desenvolver esta breve abordagem através de alguns pontos cardeais, a saber:

- I. O enquadramento histórico do período colonial, século XIX, e o emergir dos movimentos nacionalistas; Estado e sociedade em África;
- II. O monopartidarismo e a transição democrática em Angola, desde 1992 até 2008;
- III. As eleições legislativas de 2008 e a nova organização política.

Enquadramento Teórico

A nossa dissertação analisa o tema do monopartidarismo e a transição democrática em Angola numa perspectiva africana. Parte de uma abordagem de análise sobre os movimentos nacionalistas que despertou o debate da luta ao regime colonial e, conseqüentemente, a luta pela libertação dos povos de África e, em particular, de Angola. A abordagem desenvolve o estudo das mutações que ocorreram do ponto de vista da questão política da construção de estados no contexto africano, que prosseguiu com o dealbar da segunda metade do século XIX e da primeira metade do XX. A análise crítica incidiu sobre as principais abordagens da questão levantada. Contextualiza as influências externas cruciais na formação e no emergir dos estados africanos em particular de Angola e dos respectivos regimes políticos pós-coloniais. O problema da conflitualidade interna dos movimentos independentistas alimentada por forças externas, é aqui tratada com detalhe para melhor compreender o modo como muitos estados africanos saídos da descolonização embocaram em guerras civis na disputa do poder, face a uma descolonização tão acelerada e desastrosa. A questão da intervenção externa das superpotências e o seu envolvimento, que fizeram de África um campo de “ensaio” e de “batalha”, que por detrás da “cortina” apoiaram e influenciaram os líderes políticos na estratégia de espalhar quer a ideologia comunista - leninista quer a ideologia capitalista. O contexto da Guerra-Fria, constitui um período fértil para esta problemática e é objecto de análise sistémica para a identificação do problema, face às ambiguidades e paradoxos, da divisão ideológica que impôs às novas soberanias africanas.

Na segunda parte do trabalho, partindo da questão da dominação colonial e do emergir nacionalista, é abordada a problemática do estado e sociedade em África. A sua evolução e consolidação face às vicissitudes da nova ordem mundial bem como o desafio dos novos paradigmas, cujos alicerces são sustentados pelas superpotências perante a inoperância do continente em construir regimes democráticos compatíveis com políticas tendo em conta a realidade local. Terá a nossa atenção especial: o conflito da guerra civil em Angola entre os três movimentos de libertação nacional, o MPLA, a FNLA e a UNITA, o período do regime de partido único e a influência ideológica comunista-leninista vigente em Angola, o confronto com a antiga potência

colonizadora, Portugal, face à influência histórica e ideológica no relacionamento com os três movimentos, o projecto Alvor em 1975 e as consequências da guerra civil em Angola, o protocolo de Lusaka e os acordos de paz 1991, as eleições de 1992, o fracasso das eleições e o recomeço da guerra civil, o memorando do Luena em 2002, o culminar das eleições legislativas de 2008 e a nova Constituição angolana.

O actual panorama da situação angolana, na diversidade dos países que formam o continente, é de uma preocupação gritante no que diz respeito aos factores históricos da construção do Estado e da Sociedade Civil no contexto africano. O Estado quase permanente da fraqueza das instituições e dos organismos vitais para o bom funcionamento dos métodos de governação em África, manifesta-se em todas as crises e, em muitos casos, como a causa do próprio fracasso dos Estados, o que constitui hoje o maior problema que arruína o desenvolvimento e a prosperidade das instituições políticas, sociais e públicas dos países africanos.

Neste contexto, a dificuldade geral e comum a todos os governos do continente em consolidar os padrões sociais de ordenamento civil tem a ver com os modos de construção de Estados e de Sociedades Cívicas livres e justas que possam criar espaços de intervenção e de participação dos cidadãos, dos movimentos cívicos e dos organismos independentes. Tendo em conta que nos países africanos ainda domina uma forte intervenção do governo que concentra o monopólio de todos os mecanismos de governação, sem margem para a livre circulação de ideias e de opinião e, como tal, sem um espaço público que permita o exercício dos direitos de cidadania, há que reduzir este défice para edificar verdadeiros Estados democráticos.

Relativamente ao período de governação em Angola, está associado o modelo político estalinista que esteve sempre ligado à evolução política, ideológica e social descrita na abordagem anterior. Este modelo comunista - leninista implicou o centralismo político, bem como um sistema autoritário herança do colonialismo português¹.

Porém, nos anos 90, com as mudanças introduzidas pelas forças militares da UNITA no palco das operações, o governo viu-se obrigado a introduzir alterações radicais e um sistema multipartidário. Reduziu também o papel do Estado na economia, a

¹ Douglas Wheeler; René Pélisier, *História de Angola*, Lisboa, Edições Tinta-da-china, 1ª edição, Novembro, 2009, p. 46-47.

liberalização parcial da imprensa e a abertura de um maior espaço à sociedade civil, por imperativos práticos da segurança do Estado nas condições precárias de uma paz relativa (1994-1998) e de uma guerra civil declarada que vai de 1992 até finais de 1998, e não tendo sido anulada no essencial, as reformas deixaram contudo, a governação num estado ambíguo de transição incompleta.

Porém, mantiveram-se os resquícios do antigo sistema de afectação administrativa de recursos que, desligados da sua justificação anterior (planeamento central), se tornaram mecanismos de clientelismo.

A inadequação dos mecanismos de responsabilização, prestação de contas e transparência facilitou a arbitrariedade e criou obstáculos a uma gestão eficaz. Ao mesmo tempo, o Estado ficou ainda mais enfraquecido com a situação de guerra contínua e o declínio económico apesar do aumento das receitas petrolíferas, que atingiram níveis sem precedentes. Limitações orçamentais exacerbadas pela guerra, uma dívida externa pesada e a virtual evaporação das receitas não provenientes do petróleo foram factores que debilitaram todos os sectores da administração pública com as inserções das forças armadas e da polícia, enquanto a guerra destruiu ou deixava seriamente debilitado o sistema de administração local nos serviços públicos da maior parte das zonas rurais.

Embora a Constituição pós-independência estabelecesse a primazia do partido (MPLA), e desse modo, também o papel nuclear dos seus órgãos dirigentes (Comité Central e Bureau Político), o sistema político pós-independência revelou desde o início uma forte tendência para o sistema presidencialista. Na vigência da Constituição, o Chefe de Estado combinava três poderes: era o presidente do partido, presidente da República e o comandante em Chefe das forças armadas. Desta forma, violava-se o princípio teorizado por Montesquieu da separação dos três. Neste contexto, Jean-Marie Denquin foi a fonte a que recorreremos. As suas declarações são, de resto, significativas:

«A existência de poderes não pode ser postulada sem a constatação de objectos que são o produto do seu exercício. Um poder que não fosse poder de qualquer coisa reduzir-se-ia a uma palavra. É preciso que a teoria tenha um conteúdo existente dos objectos legislativos, executivos e judiciais. Os objectos abstractos não são nem organismos nem artefactos; dependem do espírito humano, eles possuem uma estrutura

interna e podem ser comparados a fins matemáticos. Neste sentido são descobertos pela análise e não construídos»².

Foi neste quadro que em 1991-1992 que na emergência de novos interesses de classe e o triunfo dos afro-nacionalistas que rodeavam José Eduardo dos Santos, se acabou por abrir caminho à rejeição do marxismo-leninismo como a ideologia oficial do regime.

Depois do abandono formal do marxismo-leninismo pelo partido no terceiro congresso, em Dezembro de 1990, foi aprovada, em Maio de 1991, uma lei constitucional (a Lei nº 12/91) que coincidiu com os acordos de Bicesse, pondo fim ao regime monopartidário da I República. Essa lei instituiu um Estado de Direito Democrático baseado no respeito pelos direitos humanos e introduziu um sistema político multipartidário. A revisão constitucional foi acompanhada neste mês, por novas leis sobre as associações (Lei nº 14/91), os partidos políticos (Lei nº 15/91), o direito de associação (Lei nº 16/91), a imprensa (Lei nº 25/91) e o direito à greve (Lei nº 23/91). A segunda revisão constitucional, de Setembro de 1992, introduziu novas alterações, incluindo disposições com vista à descentralização, às eleições autárquicas, tendo também alterado a designação do país de «República Popular de Angola» para a «República de Angola». Neste novo clima, surgiram numerosos partidos a par de uma série de organizações não governamentais, grupos comunitários e associações profissionais.

Porém, a transição para um sistema mais pluralista e participativo de governação ficou rapidamente comprometida. O reacendimento da guerra civil depois das eleições de 1992 constituiu um sério desafio para a política democrática.

Neste quadro, sob a vigência da nova constituição e aproveitando a maioria no Parlamento que o MPLA disponha, o presidente José Eduardo dos Santos passou a presidir ao Conselho de Ministros esvaziando e retirando poderes à Assembleia Nacional, evitando assim o conflito de competências constitucionais entre a presidência e a Assembleia Nacional.

² Simone Goyard-Fabre, *L'État au XXe Siècle*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, Paris, 2004, pp. 142-143.

Em 1997, após conversações mediadas pelas Nações Unidas, o governo e a UNITA chegaram acordo e criaram um Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN). A crise foi desencadeada em Setembro de 1998, quando uma facção dissidente da UNITA, a autoproclamada UNITA-Renovada, cortou relações com o líder do galo negro.

É neste contexto que o presidente angolano José Eduardo dos Santos, marca as eleições gerais para 2008, pondo fim a uma longa incógnita do projecto político que se vinha consolidando desde 1992, apesar dos vários interregnos do conflito militar.

O regime democrático da III República sufragado nas eleições gerais introduziu o modelo de governação presidencialista - parlamentar³, o povo perdeu o direito de eleger o Presidente da República por sufrágio directo, e neste modelo não se respeita o princípio da separação de poderes, que é um dos limites materiais imposto ao exercício do poder constituinte pela Assembleia Nacional.

CAPÍTULO I

O ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO PERÍODO COLONIAL, SÉCULO XIX, E O EMERGIR DOS MOVIMENTOS NACIONALISTAS. ESTADO E SOCIEDADE EM ÁFRICA

1. A expansão europeia e a reacção dos povos africanos na luta pela sua libertação.

A aventura do expansionismo ocidental europeu no século XIX, foi animado pela competição económica, por objectivos comerciais e pelo interesse nacional dos Estados europeus em erguer o seu prestígio como Nação e inculcar a cultura e a civilização europeia. No plano externo, tinha-se acentuado, a partir da segunda metade daquele século a corrida desenfreada para África. Assim, seria a década de 1880 que marcou o reforço dos impérios europeus definindo, com este processo, um novo alinhamento nas políticas coloniais. No fundo, na base desses objectivos estavam os «factores políticos internos, ideológicos, económicos, geopolíticos e de prestígio

³ Comissão Constitucional da República de Angola, Projecto C, Sistema Presidencialista - Parlamentar, 2009.

nacional», que cada Estado europeu tinha como principais prioridades para tentar ganhar o maior espaço possível na luta pela posse de territórios. O objectivo cimeiro era o de consolidar o seu prestígio através de conquistas, no plano externo, e na aventura de descobrir terras além-mar. No segundo período do século, a corrida a África tinha-se multiplicado ferozmente.

O período dos descobrimentos europeus ao longo das faixas costeiras africanas foi-se acentuando sistematicamente pela imposição relativa ao domínio político, ideológico, económico e estratégico, salvo algumas excepções (O caso português)⁴. No caso Português, a descoberta de África bem como a sua presença significou o grande interesse estratégico, quer do ponto de vista económico, cultural, da acção religiosa e espiritual de apostolado, mas representou, sobretudo, do ponto de vista civilizacional uma realidade fundamental, que já vinha desde os séculos XV e XVI, considerados períodos áureos dos descobrimentos portugueses e da sua afirmação no mundo. A actividade apostólica portuguesa actuou sempre de forma isolada, mas no horizonte dominador, como relata Fernando Neves, da imposição cultural europeia que se teria dado primeiro no reino do Kongo, do rei angolense Ngola⁵.

Todavia, é de salientar que apesar da avidez na procura de novos espaços e estender, por conseguinte, a sua política expansionista através da conquista desses mesmos territórios, os europeus quando chegaram a África, confrontaram-se com um cenário completamente novo, a existência da constituição de Estados africanos, com modelos de forma tradicional. Os anais dos Lusitanos e Holandeses são explícitos na descrição de povos indígenas com uma organização social e política cheia de grande performance e vivacidade, onde os reis concediam privilégios aos seus súbditos e onde grandes artesãos executaram templos magníficos para preservar a memória dos seus ancestrais; os seus usos e crenças, a prática de sacrifícios humanos, a adoração aos deuses, tal como acontecia nos primórdios da civilização europeia⁶. Estes factos lembram-nos que a África já tinha leis e as mesmas eram respeitadas e cumpridas escrupulosamente pelos súbditos do reino; e o reinado do rei Afonso do Congo e outros

⁴ Pedro Cardoso, *Atlas da Lusofonia - Angola*, Lisboa, Edições Prefácio, 2004, p. 16 -17.

⁵ Fernando Neves, *Negritude e Revolução em Angola*, Edições «ETC» - Paris, 1974,p.25.

⁶ Cf. Joseph Ki Zerbo, *Para Quando África?* Entrevista de René Holenstein, Porto, Edições Campos das Letras, 2006,p. 89.

reinos como o Lundas, Cassange, Kissama, Loango, Demos, Huíla e Kuito-Bié, dispunham de um desenvolvimento bastante avançado ao nível do panorama social, político, cultural e artístico na época. Estes mesmos reinos eram administrativamente independentes⁷. Por isso, os europeus convictos dessa realidade, com engenho e arte num primeiro estágio, criam padrões civilizacionais homogêneos, embora esquecendo-os posteriormente, uma vez que a resistência dos povos indígenas permitiu uma agressão feroz da ocupação colonial⁸. Com esta consolidação expansionista imperial de assumiram cada vez mais posições de conquista, e houve a necessidade dos Estados Europeus desenharem uma estratégia que fosse um marco para as ambições desses territórios. Assim sendo, seria determinante o ano de 1884, em que o estratega prussiano, o Chanceler Otto Von Bismark, se revelou num génio ao convocar a chamada Conferência de Berlim, e se ter produzido aí documentos importantes que ficariam para a sempre na história das relações internacionais. Nestes documentos, estavam contidas as regras que definiam o futuro da ocupação das terras africanas bem como das suas zonas costeiras. Ocupando esses pontos, considerados nevrálgicos na época, permitia salvaguardar e defender melhor os interesses coloniais. Bismark com a Conferência de Berlim inaugurou assim o apogeu da afirmação política dos grandes impérios coloniais, no plano internacional e da política externa europeia, com a partilha da África pelas potências coloniais, bem como as suas áreas de influências, e os estados competiam uns contra os outros devido às suas riquezas. Mas, a partir do século XX, os Impérios coloniais mais poderosos como a Inglaterra, a França e a Alemanha, pressionam Portugal e outros países para o alargamento das suas soberanias, o que porá em causa as alianças amistosas que Portugal mantinha com as suas colónias, abrindo aqui um culminar de conflitos⁹. Foi com este propósito que se alertou para que houvesse debates na Conferência de Berlim de 1885, para se definir regras no interesse de todos sobre a partilha geográfica do continente negro, que despertava cada vez mais cobiça¹⁰. Com a Conferência de Berlim fixou-se o traçado fronteiro e, desta forma, dava-se

⁷ Henrique Gomes Bernardo, *Estratégia de um conflito, Angola 1961-1974*, Lisboa, Edições Prefácio, 2008, p. 15.

⁸ Pedro Cardoso, *Atlas da Lusofonia - Angola*, Lisboa, Edições Prefácio, 2004, p. 23.

⁹ *Ibidem*, p. 21.

¹⁰ *Idem*, p. 138.

primazia aos apetites constantes dos impérios coloniais, bem como aos nacionalismos dos Estados europeus envolvidos nesta frente, em prejuízo das nações africanas e da incógnita do seu futuro.

2. A génese dos movimentos nacionalistas angolanos e a busca da identidade nacional no contexto étnico – regional.

A origem dos movimentos nacionalistas angolanos remonta à década de 1950 e 1960 com o propósito de reivindicar e exaltar a cultura e os valores de uma “nação”¹¹ africana. Mas para melhor compreendermos o percurso histórico do nacionalismo angolano, é imperativo estabelecermos a ponte com o passado que herdamos do domínio colonial, marco da nossa luta e da nossa história. Retomando a nossa discussão sobre a abordagem dos conceitos “nação” e “nacionalismo” em África, os movimentos nacionalistas apesar das vicissitudes do tempo conseguiram implementar este projecto propagando a mensagem e o desejo de reaver África para os africanos. Diz Basil Davidson que,

«os novos nacionalistas da década 1950 acabaram por abraçar o nacionalismo como a única fuga possível à soberania colonial. Esforçando-se por transformar os territórios coloniais em territórios nacionais, acabaram por considerar que a riqueza das culturas étnicas africanas era ao mesmo tempo perturbadora e difícil de incorporar nos seus esquemas. Vieram a cair novamente na mentalidade colonial que considerava essa riqueza como “tribalismo” e, como tal, retrógrada»¹².

Para melhor compreendermos e situarmos o nosso estudo, convém delimitarmos alguns conceitos, de “nação” ou “nacionalismo” no contexto africano. Convém olhar para o modo como é entendido e definido no pensamento de origem ocidental. Embora nem sempre se estabeleça a correspondência entre Estado e nação, tem sido pacífica a designação “Estado-nação” na Europa mais do que noutros lugares, entre os quais se inclui África; o “nacionalismo” enquanto tal designa a exaltação dos valores da “nação”

¹¹ Cf. Matumona Muanamosi, *A Reconstrução de África na Era da Modernidade – Ensaio de uma Epistemologia e Pedagogia da Filosofia Africana*, Uíge, (Angola), Edição do SEDIPU, 2004, pp. 46-47.

¹² Basil Davidson, *O fardo do Homem Negro*, Porto, Edições Campos das Letras, 2000, 1ª edição, p. 103.

acima de quaisquer outros a não ser aqueles consagrados no âmbito interno¹³. Em África, tendo em conta o processo histórico do continente, o contexto é diferente. As nações africanas pré-coloniais ficaram desfeitas pelas deliberações da Conferência de Berlim. A nomenclatura “nacional” delimita as fronteiras que unem várias “etnias”, no interior dos territórios que constituem os Estados africanos. O argumento que sustenta esta ideia baseia-se numa concepção ideológica segundo a qual “nação” designa um conjunto de indivíduos que partilham das mesmas ideias e têm uma origem, cultura, língua, sentimentos e religião comuns¹⁴.

Assim, é importante problematizar o conceito “nação” e “povo” e aproximá-lo da tradição americana por ser mais próxima da realidade dos Estados africanos, bem como dos seus sistemas. O conceito “nação” exprime o poder político, enquanto o conceito de “povo”, segundo a tradição americana, tem mais a ver com o povo enquanto Estado Soberano, uma vez este faz parte da “nação” americana.

Este raciocínio é o que mais se enquadra no estudo que estamos a desenvolver¹⁵. As nações assim constituídas formam uma comunidade histórica de cultura que se funda numa história comum, em afinidades de espírito, instituições e num sentimento de destino comuns¹⁶. Neste estágio de ideias, a herança do Estado colonial levou ao aparecimento de Estados em mosaico que incluem povos cuja nação foi fragmentada, passando a fazer parte de Estados diferentes, como algumas regiões em Estados europeus, cujo passado reclama por uma geografia compatível com factores identitários, como os casos de Espanha, da Bélgica e da Suíça.

Em África, por exemplo, o ganês Nkwame Khrumah jogou um papel determinante na luta e defesa do comunismo como uma ideia socialista, impondo o regime de partido único quando passou a chefe de estado. Para Nkwame Khrumah o

¹³ Cf. Anthony D. Smith, *A identidade Nacional*, Lisboa, Edições Gradiva, 1997, 1ª ed., pp. 34-35; Ver ainda Patrick J. Geary, *O Mito das Nações - A Invenção do Nacionalismo*, Lisboa, Edições Gradiva, 2008, 1ª ed., pp.23-47; Veja ainda a seguinte obra sobre a mesma problemática: Polis Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado – Antropologia, Direito, Economia, Ciência Política, Lisboa/S. Paulo, Editorial Verbo, 4º Vol., pp. 503-505.

¹⁴ Anthony D. Smith, *A identidade Nacional*, pp. 94-95.

¹⁵ Cf. Polis Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado – *Antropologia, Direito, Economia, Ciência Política*, Lisboa/S. Paulo, Editorial Verbo, 4º Vol., pp. 493-495.

¹⁶ Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Lisboa, Editorial Verbo, 13º Vol., p. 1641.

nacionalismo era o eixo motor cuja doutrina devia assentar na consciencialização da filosofia da revolução africana. Assim, o político africano definiu o nacionalismo em três componentes políticas dos movimentos de libertação, nomeadamente: o nacionalismo, o pan-africanismo e o socialismo. A ideia era promoção do conceito de *African Personality*. O outro factor importante foi o despertar da consciência africana da situação colonial e a vontade de lutar pela liberdade política e social, bem a como aspiração da conquista do estatuto do povo negro no mundo perante o domínio europeu.

Nesta lógica, tudo se explica a partir do multiculturalismo como a característica que marca a composição dos Estados em África que, entretanto, não deixou de despertar a consciência e mobilizar os seus povos numa identidade nacional. Associados às mesmas crenças e símbolos apoiaram-se, nesse contexto e a seu modo, no princípio de que «é na nação que o homem, ao nascer, encontra as suas primeiras bases; desenvolve-se apoiado nas realidades que ela lhe oferece; submerge na sua atmosfera; alimenta-se das suas tradições, das suas lendas, dos seus costumes, da sua história; encontra, ao aceitar estes dados, um ponto de apoio que lhe dá segurança e lhe fornece o sentimento de durabilidade»¹⁷.

Apesar desta diversidade nacional que faz o Estado em África não coincidir com a Nação, há que localizar, através das novas iniciativas políticas, esta complexidade da “multi-nacionalidade-etnicidade”, que é real na política africana, em ordem ao aproveitamento humano e social do seu património cultural evitando, deste modo, um olhar predominantemente pessimista e negativista que pouco contribui para a edificação de autênticas identidades culturais em África. Actualmente, numa época em que a globalização nos coloca enormes desafios, e cada vez mais os Estados ditos fortes exercem a sua influência na sociedade internacional¹⁸, é decisivo para o desenvolvimento de África e das sociedades africanas ultrapassar barreiras de origem interna fomentada pelas questões étnicas e de cariz tribal, e empenhar-se na construção de Estados multiculturais (esta é a configuração do xadrez político africano actual),

¹⁷ Marcel Prélot ; Georges Lescuyer, *História das Ideias políticas*, Lisboa, Editorial Presença, Volume II, 2001, 1ª edição, p. 180.

¹⁸ Cf. Globalização, Ciência, Cultura e Religiões, Artigo de David S. Landes, *Globalização, Uma História Antiga e Nova*, Lisboa, Edição Fundação Calouste Gulbenkian e Publicações Dom Quixote, 2003. pp. 133-146.

capaz de conviver e projectar os desejos de todos para o progresso e a paz de África¹⁹. E, neste processo, é indispensável reforçar os níveis de confiança dos cidadãos, por um lado, a seriedade, e a lucidez dos políticos, por outro, de modo a que as necessidades de uns encontrem cooperação e apoio dos outros na perspectiva da construção africana enquanto projecto dos governos e dos governados.

3. A Guerra-fria e as consequências para África subsariana

A guerra-fria representou no contexto da emancipação africana, o factor de maior influência no quadro da definição dos horizontes políticos dos países emergentes. Impôs-se na formação dos novos estados um dilema ideológico perante o qual havia necessidade de escolhas do regime político ligado a um sistema dominante na arena internacional, face à emergência da democracia liberal e à propagação do comunismo, para o ordenamento das políticas nacionais africanas.

Nesta medida, o sistema bipolar que dominou o mundo das grandes nações, revelou-se para os africanos pouco acostumados a lidar com as grandes questões internacionais, quanto as decisões politicamente árduas e pouco ou nada consensuais, como um trágico naufrágio titânico. Perante a situação, optou-se para um ou para o outro lado dos blocos mundiais entre os Estados Unidos e o Ocidente por um lado e a União Soviética e o resto do mundo comunista por outro. No que se refere à posição estratégica dos Estados Unidos sobre o continente africano podemos realçar o objectivo da sua política externa: os Estados Unidos tinham adoptado nos anos 60 a política de apoio à independência dos novos Estados Africanos através da ajuda ao seu desenvolvimento económico sem definir condições políticas, com a esperança de que os Estados africanos viessem a reconhecer progressivamente a vantagem das boas relações com o Ocidente e o perigo de estabelecer relações com o mundo comunista.

Estrategicamente, havia por parte dos Estados Unidos a preocupação de tentar impedir a propagação do comunismo como sistema político dos novos estados

¹⁹ Cf. Fortes Pinchara Meyer ; Edward E. Evans, *Sistemas Políticos Africanos*. Ver sobre esta problemática o sistema político da tribo de Bemba do Nordeste da Rodésia, actual Zâmbia, e o modo como os povos daquela tribo se organizavam. Este modelo persiste ainda hoje embora de uma forma camuflada.

africanos, procurando exercer maior influência nos seus governos²⁰. Entretanto, nesta vasta complexidade da situação internacional, a África que emergia para o mundo da política, não só ficou dividida entre o conjunto de Estados “bloquistas” como também as organizações independentistas criaram fortes clivagens entre si, no interior de cada território. A África era, por isso, um palco onde as duas superpotências mediam forças para mostrar o seu poder e prestígio internacional como escreveu Raymond Aron:

«Em África cada uma das superpotências tem por objectivo principal evitar a presença da outra. Os Estados Unidos desejam preservar do comunismo o maior número possível das novas repúblicas» que, do ponto de vista dos interesses, «um país de alguns milhões de habitantes não interessa a nenhum dos dois grandes; todavia, cada transformação de alinhamento representa um ganho de prestígio para um deles, uma perda para o outro. E o prestígio aumenta a força e a força aumenta o prestígio».

Contudo, na óptica de alguns países esta situação foi o factor determinante que agudizou vários dos conflitos anti-coloniais que, mais tarde, vieram desaguar em conflitos civis pós - independências, golpes de estado e, conseqüentemente, a queda de governos autoritários. Neste sentido, na fase do processo da internacionalização da política africana, o bloco comunista aproveitou para expandir a sua influência política através de apoios com armamento bélico útil para os movimentos de libertação africano, que de outra forma não podiam adquiri-lo aos países do Ocidente dos quais se queriam libertar. Este factor permitiu o enraizamento do marxismo-leninismo em África e, assim, definir uma linha de orientação política dos vários governos africanos que neste período histórico conturbado da Guerra – Fria conseguiram as suas independências.

4. Génese do Estado em África: crise da soberania e a complexidade africana.

A África é um continente não exactamente como os demais continentes. Segundo alguns historiadores a sua origem está associada à “exploração europeia”. Contudo, o direito de autodeterminação é um conceito ocidental, associado à descolonização e a outros acontecimentos relativamente recentes.

²⁰ Joseph S. Nye, Jr, *Compreender os Conflitos Internacionais – Uma Introdução à Teoria e à História*, Lisboa, Edições Gradiva, pp. 138-139.

Todavia, depois da Segunda Guerra Mundial, os povos africanos desencadearam um ataque sobre o colonialismo europeu que cedo se propagou um pouco por todo o continente africano. A maioria das antigas colónias que estavam ligadas à França, à Grã-Bretanha e à Bélgica alcançou a soberania nacional nos anos 60. O Ghana foi o exemplo fidedigno desta inflamação nacionalista em 1957, fruto da consequência de políticas flexíveis implementadas pelas colónias britânicas que se prepararam para uma independência que foi pacífica, dentro do enquadramento do espírito flexível da *Commonwelth*.

Cedo os líderes africanos manifestaram tendência para se agregarem em alianças e a agruparem-se regionalmente, o que chegou a provocar discussões de liderança e de influência nacionalista. Os «políticos africanos não faziam segredo da sua ambição de liderança e domínio sobre os demais países»²¹.

Nesta perspectiva começou a haver encontros pan-africanos de grupos que divergiam nas políticas a seguir, e a aliança Ghana e Guiné-Conackry, defendia o princípio de união inspirada no exemplo das treze colónias americanas que se manifestava hostil ao mercado comum europeu e contrário a toda a forma de cooperação dos estados africanos com os antigos colonizadores, sob pretexto de serem neocolonialistas; o Grupo de Monróvia, dominado por Houphouet-Boigny, líder da Costa do Marfim que defendia um princípio federativo com a França, e Léopold Sédhor do Senegal que defendia uma federação menos centralizada do estado²². Em 1960, constituiu-se também o Grupo de Brazaville²³ que pretendia instituir a cooperação e a pacificação dos novos estados independentes de expressão francesa, entre outros objectivos.

Relativamente à África portuguesa, a sua presença, nesta vaga expansionista, é ténue. Os movimentos independentistas das colónias portuguesas, como as de Angola, da Guiné e de Moçambique, estavam numa fase inicial e a sua projecção a nível internacional era quase marginal. Este afunilamento deveu-se ao facto de o regime de

²¹ Cf. Eduardo dos Santos, *Pan-Africanismo de ontem e de hoje*, Lisboa, Edições do Autor, p. 354.

²² Eduardo dos Santos, *op. cit.*, p. 288.

²³ *Ibidem*, p. 296.

Salazar ter exercido forte pressão isolando os líderes destes movimentos²⁴. Assim, a África portuguesa excluída e longe das grandes decisões que levaram os nacionalistas destes territórios a alcançar as suas independências em finais da década de 1950 e princípios de 1960, necessitavam de mais anos para se libertar da dominação estrangeira e da supremacia branca. Mas, ao mesmo tempo, a luta pela independência era encorajada pela Organização das Nações Unidas, no sentido de pôr fim ao colonialismo. Por isso, os movimentos nacionalistas que lutavam pelas independências em África viam as suas exigências serem satisfeitas pelos encontros e pelas deliberações do Conselho de Segurança que se empenhava em colocar na agenda das Nações Unidas os problemas da dominação colonial.

Este projecto de descolonização dos territórios ainda dominados, foi inspirado na Conferência de Bandung, Indonésia, Java em 1955, onde estiveram presentes 29 países afro-asiáticos. Bandung foi a chave na linha de combate pela definição de uma política que determinasse os destinos do Terceiro Mundo sobre a questão da descolonização²⁵. Contudo, foi a Conferência de Accra, de 1958, a chamada Conferência dos Estados Africanos Independentes que viria a determinar de forma indelével o Continente Africano. Os seus mentores foram George Padmore que elaborou uma via emancipadora unitária para os africanos (V Congresso Pan-Africano de Manchester, 1945), Kwame Nkrumah, Sékou Touré, Kenneth Kaunda, Tom Mboya e Frantz Fanon²⁶. De igual modo, assistimos a grandes conferências e a cimeiras realizadas em África à luz das ideias de Bandung, como a do Egipto do rei Faruk, em 1922, que sustentou a aspiração dos povos árabes à independência e à unidade, através da Liga Árabe, em 1945. Do ponto de vista político e para aquilo que eram os interesses estritamente de África, a Conferência de Accra representou um grande avanço no projecto dos estados independentes e os que se seguiram mais tarde. Mas o acontecimento mais relevante na história da emancipação e da ascensão de África e da sua afirmação política a nível

²⁴ Cf. Comissão para o Estudo das Companhias de África, *Resenha Histórico-militar das campanhas de África (1961-1974)*, 1º Vol., p. 50.

²⁵ Boniface Pascal, *Dicionário das Relações Internacionais*, Lisboa, Plátano Edições Técnicas, 2001, pp.97-104.

²⁶ Eduardo dos Santos, *Pan – Africanismo - De Ontem e Hoje*, Lisboa, Edições do Autor, 1968, pp. 358-359. Veja: Jonas Savimbi, *Discursos e Entrevistas (1976-1991)*, Volume, pp. 104-105.

internacional foi, sem dúvida, a I Conferência em Maio de 1963, em Addis - Abeba, com a presença de vários chefes de estados. Esta I Conferência lançou a primeira pedra na construção de um órgão no continente: a Organização da Unidade Africana²⁷.

Com a fundação da OUA, os líderes africanos manifestaram a grande ambição de construir uma África que apostava em pôr fim ao colonialismo, e a vontade e a determinação de afirmar a ideia de «personalidade política africana» num espaço onde a concorrência e a luta pelo poder dominavam as relações internacionais.

A Organização da Unidade Africana teve um importante papel na história da descolonização de África, não só como grupo de pressão junto da comunidade internacional, mas também fornecendo apoio directo aos movimentos de libertação, através do seu Comité Coordenador de Libertação da África.

5. O falhanço das novas unidades políticas pós-independência

A problemática da descolonização alterou profundamente o xadrez político nas relações das potências colonizadoras com o continente africano. Relativamente ao quadro mundial, a descolonização e, conseqüentemente, aquilo que aconteceu nos países do Terceiro Mundo já tinha tido o seu germe na América Latina e nalguns países asiáticos em meados do século XIX. Porém, o mundo Africano recém “libertado”, onde o fardo da subjugação colonial sobrepôs-se às primitivas culturas encontradas, a transição das colónias africanas, na maior parte deu-se de maneira violenta e somente em poucos casos foi verdadeiramente pacífica. O estabelecimento de novos estados soberanos, significou, no contexto global, o fim do Ocidente mundializante e o princípio da configuração de uma outra ordem mundial.

A história conheceu assim um novo rumo. O mundo testemunhou o nascimento de novos estados e o sistema internacional passou a lidar com novos actores na decisão dos seus assuntos políticos. Por outro lado, no contexto interno africano, a mudança de regime político na África do Sul que abolira a política de segregação racial, o *apartheid*, permitiu o reconhecimento do ANC como um movimento político. Nelson Mandela é liberto e torna-se o primeiro presidente negro da África do Sul. A independência da

²⁷ Cf. *Idem*, pp. 358-359.

Namíbia também foi um facto assinalável na região da África do Sul e abriu uma nova era da política regional da África Austral na década de 80.

CAPÍTULO II

O MONOPARTIDARISMO E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM ANGOLA.

1. A origem da luta armada como projecto de construção política.

O projecto da luta política iniciada pelos movimentos nacionalistas africanos, nomeadamente por angolanos pretendia construir um sentimento nacionalista e revolucionário no combate ao colonialismo português. É na base desses pressupostos que nasce o modelo de organização política e social, fruto da herança colonial. Nesta perspectiva, Smith afirmou que «*os nacionalismos cívicos e territoriais emergem da estrutura colonial, para fornecer um veículo de formação de novas identidades políticas na África, América Latina e na Ásia*»²⁸. Mas é em pleno século XX que se inaugura aquilo que se chama o período de reconhecimento do poder e da edificação das soberanias no continente africano. Dá-se então um novo posicionamento no delineamento do pensamento do homem africano na busca da sua afirmação política e intelectual, apesar da sua fraqueza ao nível de instrução académica. Perante a crescente afirmação da política europeia para a África, a necessidade de não apenas defender-se do domínio externo, mas revoltar-se também contra essa dominação em ordem a obter o seu termo, passava a constituir um imperativo. Na óptica de Walter Rodney, «*a revolução é a manifestação mais dramática da consciência de um povo ou classe num determinado momento histórico*»²⁹. Este sentimento incutiu-se nas mentes dos africanos quando, na Europa, a primeira Grande Guerra (1914-1918) instaurou um período marcado pelos imperialistas de causas nacionalistas, a Prússia que, com o reforço da Revolução Bolchevique (Russa) em 1917, introduziram a ideologia nazi e a revolução

²⁸ Anthony D. Smith, *A Identidade Nacional*, p. 138.

²⁹ Walter Rodney, *Como a Europa Subdesenvolveu a África*, Lisboa, Edição Serra Nova, 1975, p. 210.

marxista-leninista que estabeleceu o sistema político e as bases da União Soviética³⁰. Por isso, é de salientar que a cisão entre o Ocidente e o Leste da Europa, que se fundamentava em dois sistemas de governo antagónicos muito contribuiu para acelerar ainda mais a consciência revolucionária dos povos africanos, dominados por potências coloniais do mundo de então. Esta situação ganha contornos de grandes proporções com o fim da segunda Grande Guerra (1939-1945), cujas consequências continuarão com o fenómeno da Guerra-fria.

Na verdade, era o maior projecto político dos intelectuais africanos fazer parte do sistema mundial das nações. Os processos de libertação para África foram morosos e o seu impacto político tinha despertado a reflexão dos afro-americanos como William Burghardt Du Bois, Marcus Garvey, Malcolm X, Booker T. Washington e outros, que eram os grandes “profetas” com um espírito de liderança invulgar. Foram os primeiros a liderarem encontros de reivindicação que a partir de 1919 se transformaram em *Congressos Pan-africanos* que criticavam abertamente o sistema colonial, o imperialismo e a superioridade dominante dos ocidentais sobre os africanos³¹. A partir de então assiste-se, na conjuntura dos problemas encetados pelos conflitos internacionais, em larga escala, a um protesto de africanos e pró-africanos contra o que era visto como a violação dos seus direitos. Seria depois William Du Bois a elaborar uma Missiva dos Direitos Humanos para os africanos, defendendo o contributo que tinham dado na primeira Grande Guerra, do lado dos aliados³². Outra ilustre personalidade que se destacou nesta onda nacionalista foi de facto Marcus Garvey. Activista convicto, pensador político, defensor do nacionalismo negro e fundador da Associação Unida para o Congresso dos Negros, sustentava o regresso dos negros à África³³, só para os negros. As suas teses embora compreensíveis até certo ponto, na verdade eram de um radicalismo paradoxal, perigosas e alimentavam cada mais vez o ódio ao homem branco, na tentativa de apagar o passado. Nesta senda, seguiu-se

³⁰ Werth Nicolas, 1917 *A Rússia em Revolução*, Lisboa, Edições Quimera, 2003, pp. 60-80.

³¹ Muanamosi Matumona, *A Reconstrução de África na Era da Modernidade*, pp. 54-55.

³² Cf. Clayborne Carson, (org.), *Eu Tenho Um Sonho - A Autobiografia de Martin Luther King*, Tradução de Francisco Agarez, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2003, pp. 294-295.

³³ Mário Pinto de Andrade, *Origens do Nacionalismo Africano*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997, pp. 168-169.

Malcolm X, orador eloquente, usava uma oratória que incendiava a consciência dos jovens que viviam marginalizados nos guetos; os seus métodos eram de um extremismo brutal que não permita outras alternativas; era frontal na causa do nacionalismo negro, e punha o dedo na raiz do problema: à questão racial e segregacionista. Luther King afirmou a dada altura sobre os seus pressupostos filosóficos da não-violência “olho por olho e dente por dente” e que «*o ódio é um fardo demasiado pesado para um povo que quer avançar com dignidade para o seu encontro com o destino*»³⁴. Apesar do radicalismo dos seus contemporâneos, King era um líder em potência tal como Patrice Lumumba no Congo, ambos assassinados dentro das suas próprias hostes. A perda desses homens fragilizava ainda mais a dura caminhada de libertação dos povos oprimidos porque os seus líderes eram o farol da chama da clarividência e lucidez de ideias.

O movimento do *Pan-africanismo* dominou todo o período entre guerras. Nesta época, emergem vários movimentos de emancipação africanos. Porém, o mais importante e aquele que, de facto, mais se afirmou como um movimento cultural de elevação da consciência africana foi, sem sombra de dúvida, a *Negritude*, que aparece nos 30, liderada pelo senegalês Leópolde Sédou Senghor e o antiliano Aimé Césaire³⁵.

No continente africano, o que mais se destacou depois da segunda Grande Guerra, foi o nacionalista ganês Kwame Nkrumah que com o seu messianismo profético esteve na linha da frente para liderar a luta de África contra a opressão colonial, idealizando a utopia de Estados genuinamente africanos resultantes do período pós-colonial. Nkrumah num dos seus discursos inflamados, na Conferência de Accra afirmou «*orgulhem-nos da nossa determinação de sustentar todas as formas de acção não violenta*». Retoma a ideia de Marcus Garvey, «*que a África era para os africanos, mas africanos são apenas os negros de África*»³⁶.

2. A importação de novas teorias ideológicas marxistas em África.

³⁴ Clayborne Carson, *Eu Tenho Um Sonho - A Autobiografia de Martin Luther King*, p. 295.

³⁵ Cf. Pedro Borges Graça, *A Construção da Nação em África (Ambivalência Cultural de Moçambique)*, Coimbra, Edições Almedina, 2005, p. 74-75.

³⁶ Cf. Teixeira Rui de Azevedo, *Batalhas da História de Portugal, Guerra de África - Guiné 1961-1974*, Lisboa, Edições Quidnovi, Vol., 212006, pp.16-17. veja ainda: Basil Davidson, *O Fardo do Homem Negro*, p. 163-193.

O processo nacionalista africano foi apoiado sob a égide dos marxistas africanistas europeus, nomeadamente, russos e não só, com o pretexto de introduzir em África modelos ideológicos que se coadunavam com o modo de ser e de estar do homem tradicional africano, que consistia em organizar-se à volta de um sistema feudal, na partilha de valores e tradições. Este espírito revolucionário cedo ganhou espaço e espalhou-se por toda a África encontrando aí terreno fértil para se desenvolver³⁷. Este fenómeno combinado com os vários factores endógenos, a luta pelo poder, a fraca preparação da elite africana, a corrupção galopante, contribuiu para o processo acelerado das independências africanas, cujo discurso afrocêntrico e a conjuntura da problemática da guerra-fria, assumiu posições de natureza progressista com a emergência de modelos importados soviéticos eivados de um socialismo leninista exacerbado que caminhava a par e passo com o modelo imperialista americano de cariz liberal. É nesta base que a maior parte dos países africanos viu construir os seus sistemas de poder político, numa via de regimes de partidos único, cujo poder repousa no pedestal centralista. Sobre esta perspectiva afirmou Raymond Aron, «*num regime de partido único, o Estado é partidário e inseparável do partido que tem monopólio da actividade política legítima*»³⁸.

Todavia, o socialismo africano regeu-se sempre com métodos de governo pouco claros, incapaz de consolidar-se originando convulsões internas com sucessivos golpes de estado, arrastando os países para crises económicas agudas, violando sistematicamente os direitos e garantias da sociedade civil, consagrados nos princípios Constitucionais confusos, e, por conseguinte, confundindo o papel do Estado³⁹. Todavia, o socialismo marxista tornou-se a força conceptual dominante de análise da realidade dos nacionalistas africanos nas últimas três décadas. Mas rapidamente o socialismo africano caiu em descrédito e viu-se confrontado com uma série de dificuldades, nomeadamente, conflitos étnicos e os seus programas da acção política caíram em desuso com o acelerar do fenómeno da globalização.

³⁷ Muanamosi Matumona, *A Reconstrução de África na Era da Modernidade*, pp. 51-53.

³⁸ Fernandes António Teixeira, *A sociedade e o Estado - Sociologia das Formações Políticas*, Edições Afrontamento, 1997, p. 222 - 223.

³⁹ Cfr. Joseph Ki Zerbo, *Para Quando África?* p. 123.

3. O percurso histórico dos movimentos independentistas em Angola.

Em Angola, a onda nacionalista na sua fase embrionária emergiu no norte do País com a UPNA, a UPA como cabeça de cartaz e, posteriormente, apareceram outros movimentos cuja semente revolucionária rapidamente se disseminou por todo território nacional, trazendo à flor da pele o sentimento de revolta que já era latente no seio dos independentistas angolanos da opressão e humilhação face ao domínio colonial. Todavia, o processo em curso assentou sempre num paradigma cultural etno-nacionalista.

A luta revolucionária restringiu-se a dois paradigmas essenciais: se, por um lado, havia movimentos independentistas que defendiam uma luta com um grau de conflitualidade violento contra o colonialismo, por outro lado havia os que defendiam ideias e políticas colaboracionistas assentes em valores que apontavam para uma estreita cooperação com a cultura portuguesa cuja influência deixara vestígios na sociedade e na cultura angolana. Foi neste misto de sentimento que os movimentos de libertação nasceram e se inaugurou o conflito desenfreado com que se proclamou a independência do país que colocou os movimentos belicistas numa estreita dependência económica do exterior, sendo que os actores principais seriam o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), fundado em 1956, a FNLA (Frente Nacional de Libertação do Leste), em 1954 e a UNITA (União Nacional Para a Independência Total de Angola), em 1966. Todos estes movimentos numa primeira fase estavam conotados e identificados com os respectivos grupos étnico-regionais⁴⁰. Hoje este estigma de associar os partidos com os grupos tribais tende a diluir-se, uma vez que a sociedade civil está em constante mutação e os conteúdos programáticos dos partidos vão mudando de acordo com os ventos da pós-modernidade. Esta reforma abre perspectivas de ideias e valores novos que permitem a construção de uma sociedade nova que ultrapassa os princípios antagónicos que serviram de trampolim para dividir em vez de unir os angolanos. Daí não fazer sentido agora apregoar na tónica da superioridade de

⁴⁰ Cf. Tony Hodges, *Angola – Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, Lisboa, Edições Principia, Junho, 2002, 1ª edição, pp. 24-25.

um grupo étnico em detrimento de outro, uma vez que Angola é uma fusão de povos tribais e todos eles constituem o património da identidade enquanto Estado unitário.

Apesar de tudo, a história dos movimentos independentistas não foi linear, mas cíclica, uma vez que quer o MPLA, quer a FNLA, quer a UNITA, destacaram-se por um paradigma paradoxal, que contrariava o princípio singular de luta cujos movimentos nacionalistas aparentemente sentiam no desejo de libertarem-se do jugo de que padeciam para colocar à luz da ribalta os seus anseios, juntando-se aos movimentos clássicos de Angola, que numa primeira fase marcaram os passos como o MDIA, o NGWIZACO e o NTOBACO em 1956; o MIA (Movimento para a Independência de Angola) de Pierre M'Balá, e o PLUAA (Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola), este último, com uma matriz cultural de pendor nacionalista bastante forte e vincado, que pese embora mergulhado num mar de divergências patente na revolução travada, tiveram ao longo da sua história um papel decisivo na transformação da consciência do homem angolano. Os ditos movimentos de primeira linha e de grande dimensão baseada na tipologia tripartida, FNLA, MPLA e UNITA, tinham negligenciado o panfleto político desses movimentos nacionalistas bastantes enraizados na tradição autóctone. Foi neste panorama conflituoso, confuso da história de libertação de Angola, que vimos nascer a “ Guerra das tribos”⁴¹, Kimbundos, Ovimbundus, Bacongos. Contudo, é de destacar no seio das organizações políticas angolanas uma presença bastante activa do nacionalismo branco⁴². Embora minoritário, a sua acção foi extraordinariamente importante e projectou o país no exterior numa altura em que estes movimentos precisavam do reconhecimento internacional. Apesar da ligação afectiva, o nacionalismo branco, manteve-se fiel à matriz da filosofia política angolana de unidade nacional enraizada já na tradição local. O nacionalismo branco foi imprescindível na base de apoio aos grupos étnicos, cujo sentimento nacionalista nesta epopeia insurrecionista era por eles partilhado. Aliás, Fernando Tavares Pimenta é lacónico a este propósito e diz-nos:

⁴¹ Jaime Nogueira Pinto, *Jogos Africanos*, Lisboa, Editora: Esfera dos Livros, 2008, 1ª ed., p. 47; veja: Ryszard Kapuscinski, *Mais um dia de vida Angola - 1975*, Porto, Edição Campos das Letras, 1997, 1ª edição, p. 32.

⁴² Carlos Pacheco, *Repensar Angola*: afirma que a génese do nascimento do MPLA está ligada a mestiços, pretos e brancos, todos eles vítima de um regime colonial de Salazar com a actuação da PIDE.

«os ingredientes fundamentais do nacionalismo branco decorreu de três factores: o factor geográfico, a distância com a metrópole bem como o seu esquecimento, o desenvolvimento económico, a criação de uma sociedade branca “autóctone” na colónia, o factor de nascimento e o sonho de transformar Angola num novo Brasil»⁴³.

Também com a Casa dos Estudantes do Império (CEI), a ANANGOLA, em Portugal emerge a iniciativa branca que desempenhou um papel fundamental na afirmação e cobertura da actividade política dos negros no exterior e junto das suas congéneres africanas. Podemos pois aqui afirmar que a ideia de reivindicar uma pátria livre tinha sido o desejo dos dois aliados comuns, os brancos descontentes e abandonados pelo regime de Salazar e os negros nativos africanos explorados e relegados à condição de escravos e de cidadãos de segunda classe. Na verdade, os princípios que uniam este sentimento comum e partilhado de luta ao colonialismo, cedo se reduziram às ambições pessoais e descaracterizou este projecto nacional escamoteando a verdadeira razão de luta dos angolanos de Cabinda ao Cunene. Aliás, os três movimentos nacionalistas nunca estabeleceram uma frente unida contra os portugueses, o que tornava difícil a coesão entre eles, uma vez que as suas estruturas eram dominadas por elites étnicas que promoviam os pontos de vista regionais e etnocêntricos⁴⁴.

4. O período turbulento da independência face à pacificação dos angolanos.

Os Acordos de Alvor⁴⁵, assinados no Algarve, Portugal, em 1975, teriam sido um marco histórico para os angolanos se, de facto, a proclamação da independência desencadeada pelo MPLA tivesse, na verdade, englobado os outros dois movimentos nacionalistas como a FNLA e a UNITA, na partilha do poder.

Alcides Sakala chama-nos atenção sobre o advento de 1974:

⁴³ Fernando Tavares Pimenta, *Angola, Os Brancos e a Independência*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2008, pp. 14-30.

⁴⁴ Cf. Matumona Muanamosi, *op. cit.*, p. 79.

⁴⁵ Onofre dos Santos, *Eleições em Tempo de Cólera*, Luanda, Edições Chá de Caxinde, 2006, p. 217.

«De facto, se para Portugal, e o povo português, o dia 25 de Abril de 1974 trouxe a paz nacional, a justiça, a democracia e a concórdia entre os portugueses, para os angolanos trouxe uma independência nominal e a guerra. A descolonização portuguesa foi de facto a pior da história de África contemporânea»⁴⁶.

Foi nesta linha que o MPLA, chefiado por Agostinho Neto, fundado a partir de 1956, juntamente com outros intelectuais nacionalistas africanos, Viriato da Cruz, Lúcio Lara, Mário Pinto de Andrade e Daniel Chipenda⁴⁷, tinha acabado de erguer a bandeira da liberdade proclamando as suas ideias políticas, porém negligenciando por completo as elites dos grupos étnico-regionais de Angola, que também faziam parte dessa luta de libertação⁴⁸. Para Carlos Pacheco os «*outros grupos, UNITA e FNLA que também fizeram a luta armada de libertação nacional, nasceram ou tiveram suporte sociológico e cultural*». Esta posição demonstra que o MPLA, apesar de ter as suas raízes entre os intelectuais do norte de Angola, da cidade de Luanda, habitado pelo povo Kimbundu, considerava ser o único e legítimo representante dos angolanos.

O MPLA aproveitando a conjuntura favorável, ergueu o seu bastião político-militar na zona norte reforçando a sua influência junto dos Mbundos e dos crioulos⁴⁹. Por sua vez a UPA (União das Populações de Angola), a precursora da FNLA, de Holden Roberto, surgira numa primeira fase, no Extremo Noroeste de Angola, em 1954, representava a UPA, com raízes Bacongo, cuja fundação também contribuíam os

⁴⁶ Alcides, Sakala, *Memórias de um Guerrilheiro*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2006, 3ª edição, p. 235.

⁴⁷ Samuel, Chiwale, *Cruzei-me com a História – Autobiografia*, Lisboa, Editora: Sextante Editores, 2008, 1ª edição, pp. 53-54.

⁴⁸ Cf., Jonas M. Savimbi – *Um Desafio à ditadura comunista em Angola*, Lisboa-Amadora, Edições Armasilde Editores, Julho, 1977, pp.89-95.

⁴⁹ O historiador inglês Birmingham sobre a expressão crioulos, diz-nos que o ressentimento destas velhas famílias de “assimilados” deu origem a uma fusão de activistas políticos de onde viria nascer o MPLA. Argumenta ainda que os “novos crioulos” – mestiços e negros tinham recebido uma educação nas escolas Evangélicas (Metodistas dos Mbundos; os Congregacionais, dos Ovimbundos e os Baptistas dos Bacongos) cujo papel foi importante na formação da elite local. Essa “miscigenação política” também aconteceu na UNITA, embora não tão publicitada como no MPLA. Ver ainda Mário Pinto de Andrade, sobre o termo *crioulo* – todo nativo africano portador de valores induzidos pelo encontro simbiótico da cultura étnica de origem com a ocidental portuguesa, p, 23.

imigrantes vindos de Kinshasa e Matadi; a UNITA de Jonas Savimbi surge mais tarde, e após exercer cargos de grande relevo como Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE, entra em rota de colisão com Holden Roberto por questões de carácter tribal, criando a UNITA, em Muangai, em 1966⁵⁰. Esta posição tinha permitido a Savimbi atingir os seus objectivos, e conceber uma estrutura política para a zona Centro e Sul, o que lhe deu projecção e assim nascia a organização que viria a afirmar-se junto dos povos do Planalto Central de Angola, nomeadamente da tribo Ovimbundu, cuja liderança estaria a seu cargo. A este propósito Fred Bridgland afirmou que,

«Jonas Savimbi personificava a essência da luta dos Ovimbundu, procurando ser sempre um bom cristão, fossem quais fossem as vicissitudes da vida»⁵¹.

Todavia, este período foi o de ruptura e de grande turbulência política na busca de um entendimento entre as várias forças beligerantes na partilha do poder. Os movimentos nacionalistas cedo revelaram-se incapazes para dialogar e trabalhar em conjunto⁵². Logo, na ausência de um programa abrangente e consensual, iniciou-se uma corrida desesperada de afirmação nacional com os actores externos, que se converteu na procura de apoios e futuras alianças estratégicas para o controle dos recursos naturais. Sobre esta problemática Patrick Chabal observou de uma forma incisiva o seguinte:

«é igualmente significativo que os próprios actores internos tenham procurado manter ligações entre a política doméstica e a política internacional, de forma a melhor servir os seus próprios objectivos. A dimensão externa é importante, mas de forma nenhuma única no que diz respeito a Angola»⁵³.

⁵⁰ Carlos Pacheco, *Repensar Angola*, Lisboa, Edições Vega, 2000, 1ª edição, pp. 138-139.

⁵¹ Fred Bridgland, *Jonas Savimbi: Uma Chave para a África*, Lisboa, Edição: Perspectivas & Realidades, p27.

⁵² Cf. Carlos Pacheco, *Repensar Angola*, Lisboa, Edições Vega, 2000, 1ª edição, p. 18-20.

⁵³ Nuno Vidal; Justino Pinto de Andrade, *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*, Luanda/Lisboa, Edições Firmamentos, 1ª ed., p. XXIX.

Neste período difícil do advento da Guerra Fria, Angola foi a vítima privilegiada e serviu de campo de ensaio numa clara estratégia de «*criar cisões para reinar*» com o patrocínio de forças estrangeiras cubanas, Sul-Africanas, regime racista, de assessores militares soviéticos e americanos, e mais tarde do exército zaireense, de Mobutu para desestabilizar o país. Angola mergulhava assim na sua própria destruição conforme observou George Wright⁵⁴.

Com a declaração unilateral da independência de Angola, o MPLA viu reconhecido e reforçado o seu prestígio além fronteiras, converteu-se com os ventos da Guerra Fria, em «partido de vanguarda» e adoptou uma matriz ideológica na linha marxista-leninista, Partido Único envolto nos pilares de Partido do Trabalho, alargou a sua base de apoio nas cidades, vilas e aldeias, cujos comités serviram de alavanca na continuidade da sua estratégia política de um movimento de massas. O MPLA afirmou-se assim como o único porta-estandarte dos interesses de Angola e dos angolanos perante os seus rivais mais próximos, a FNLA e a UNITA, no panorama político angolano e não só. A supremacia do MPLA aliou-se a uma forte propaganda que atingiu proporções alarmantes no capítulo bélico e de defesa nacional, usando como escudo o petróleo e os diamantes para financiar a sua máquina política e militar, em detrimento da paupérrima humilhação da falta de excedentes dos pobres e famintos de Angola que viviam abaixo de um dólar por dia. Tudo isso contrastava com os investimentos crescentes da defesa nacional cujo único objectivo era aniquilar o movimento de Jonas Savimbi. Segundo alguns analistas versados em estratégia militar e de guerra, o exército militar angolano era um dos melhores de África, só superado pelo exército *apartheid* da África do Sul.

5. O processo de paz de 1992 e a formação de partidos políticos em Angola.

O processo de paz que culminou com os Acordos de Bicesse, no Estoril, em 1991, sob os auspícios da troika de observadores, com a mediação portuguesa (através do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso), a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), hoje Rússia e os Estados Unidos da América

⁵⁴ Cf. George Wright, *A Destruição de Um País*, Lisboa, Edições Caminho, 2001, 1ª ed., p. 206-228.

(EUA), constituiu um marco histórico importante para Angola, para os angolanos e, sobretudo, para a estabilização da geografia política na Zona Austral de África. O acordo foi firmado entre o presidente da então República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, e o presidente da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Jonas Malheiros Savimbi. Era um virar de página após um período longo de grande perturbação político-militar desencadeado pelo MPLA e a UNITA, ambos sob o patrocínio de forças estrangeiras. Apesar da fragilidade do acordo, em virtude de ambos os lados manterem grandes exércitos próprios, e dos atrasos verificados no cumprimento dos acordos, houve vontade política em concluir o processo rapidamente. Este acordo visava pôr fim à guerra civil angolana. O seu texto estabelecia que o cessar-fogo devia ser inteiramente controlado pelo Governo angolano e pela UNITA. Para tal, devia ser formada uma Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) constituída por representantes do Governo angolano e da UNITA, tendo como observadores externos delegados de Portugal, dos EUA e da URSS. Ficou ainda agendada a realização de eleições, entre 1 de Setembro e 1 de Outubro de 1992, depois das quais cessariam os poderes da CCPM. Os países observadores, EUA e URSS, comprometeram-se igualmente a pôr termo ao abastecimento de material bélico às facções envolvidas no conflito. No entanto, os efeitos de Bicesse nunca se sentiram e a paz foi ténue e efémera, pois o longo conflito de 1992 rebentou numa espiral de violência ainda maior, que nunca mais teve um fim à vista.

Para este facto contribuíram também o colapso da “*Cortina de Ferro*”, *por trás dela encontravam-se os países do Pacto de Varsóvia*,⁵⁵ a queda do Muro de Berlim, em 1989, a crise endógena e as mudanças verificadas na URSS que tinham precipitado e acelerado os acontecimentos. As grandes potências viram-se obrigadas a encetar negociações entre o Governo e a UNITA para uma mesa negocial. Estas negociações ocorrem ao mesmo tempo dos acontecimentos históricos que estavam a decorrer na vizinha África do Sul, mudanças essas que punham fim ao *apartheid* depois da subida ao poder de F. W. de Klerk, em 1989, e seguiu-se depois a libertação do líder histórico do

⁵⁵Patrick J. Geary, *O Mito das Nações*, p. 9. O autor faz uma abordagem sobre a questão ideológica que dividia a Europa com a analogia sobre a divisão étnico - regional dos movimentos nacionalistas angolanos.

African National Congress (ANC), Nelson Mandela e, logo a seguir, realizaram-se as primeiras eleições multi-raciais em 1994.

Este período é extremamente importante para a história de Angola porque, pela primeira vez, o País viu uma das suas fronteiras livres de qualquer ocupação inimiga; a África do Sul deixará de ser uma ameaça e a Namíbia com o seu movimento de luta, a Organização dos Povos do Sudoeste Africano (*SWAPO*)⁵⁶ tinha alcançado, finalmente, a sua independência, o que agradava ao regime de Angola porque estrategicamente lhe interessava.

Antes dos Acordos de paz de 1992 entre os dois beligerantes, deu-se uma viragem na transição política para a democracia, retomando o espírito do Protocolo de Lusaka. O MPLA-PT através do seu Comité Central realizado em Junho de 1990 abandonava definitivamente o sistema de partido único, criando desta forma um espaço para a concorrência ao poder com os diferentes partidos políticos. O MPLA abandonava formalmente a sua matriz marxista-leninista, «Partido do Trabalho», e acelera o processo da liberalização da economia de acordo com o programa do governo, através de uma lei de revisão constitucional (lei nº 12/91), que obrigava a Angola a abraçar uma democracia multipartidária, definindo Angola como um «*Estado democrático de Direito*». Este advento de paz implicou por parte do Governo de José Eduardo dos Santos a implementação de reformas profundas na democratização da vida política, no desenvolvimento do sector privado, da sociedade civil com a participação nas estruturas políticas e sindicais, como o direito à greve (lei 23/91), o direito de manifestação (lei 16/91), a liberdade de imprensa (lei 25/91). Todas essas medidas, foram na altura consideradas avulsas, mas constituíram de facto avanços na revisão constitucional que é e para o processo de democratização. Elas foram aprovadas nas vésperas de eleições e aconteceram numa conjuntura própria, em que o governo negligenciou estudos e consultas envolvendo técnicos e a sociedade civil, as organizações das Igrejas, os técnicos na diáspora que pudessem opinar e tornar o processo mais abrangente. Por outro lado, este período foi propício para o enriquecimento ilícito das grandes famílias ligadas ao aparelho do Estado, distanciou – se dos seus princípios orientadores de

⁵⁶ Iko Carreira, *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, Lisboa, Publ., Dom Quixote, 1996, 1ª edição, p. 140.

«*partido de vanguarda*»⁵⁷ que contemplava nos seus processos transformações no sector social e colectivo, subverteu a filosofia revolucionária socialista da construção de uma nova sociedade e deu lugar a um enriquecimento oportunista, alastrou a corrupção com desvio de bens do estado para o mercado informal e criou uma verdadeira classe de oligarcas cujo objectivo era enriquecer para dominar a maioria, as massas.

Foi neste clima que nasceram as primeiras eleições da história de Angola, apregoadas pelo regime da administração de Lunada sob o comando do Presidente José Eduardo dos Santos, que aproveitou bons ventos para ressuscitar o seu partido que já há muito não dizia nada aos angolanos. Dos Santos com o seu protagonismo e através dos holofotes dos média trouxe à ribalta os chamados proeminentes, figuras respeitáveis e carismáticas no seio do MPLA, com destaque de Lopo do Nascimento e Lúcio Lara, só para citar alguns. Neste contexto, para “reunir a grande família do MPLA”, era preciso reorganizar as células, os comités de acção, juntamente com as autoridades tradicionais, forças cruciais para a manutenção do poder. Todas estas medidas foram tomadas num congresso extraordinário, realizado em Maio de 1992.⁵⁸ Mas neste congresso saiu tudo menos “reformatar o convento”, o MPLA continuou a ser igual a si, com os resquícios do comunismo letal pronto para aniquilar os seus opositores.

Nas primeiras eleições legislativas angolanas de 1992, marco histórico nos pergaminhos da política nacional e além fronteiras, estima-se que tenham participado mais de 92%, cerca de (45milhões) de votantes registados e o MPLA obteve 53,74% dos votos, contra os 34,10% dos votos UNITA, nas legislativas. Nas presidenciais, o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos obteve 49.57% e o Presidente da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi obteve 40.07%. Após a publicação dos resultados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), a ONU considerou-as livres e justas. A UNITA através de um comunicado na Rádio Nacional rejeitou formalmente os resultados e regressou à guerra em Angola.

Neste período marcante da vida política do País, assistiu-se a um desfile de personalidades de organizações políticas das mais variadas do espectro político que,

⁵⁷ Luís Moita, *Os Congressos da FRELIMO, do PAIGC e do MPLA – Uma análise comparativa*, Coleção África em Luta - Nova série 1, Lisboa, Edição de José A. Ribeiro, 1979, p. 41-51

⁵⁸ Com este congresso extraordinário o MPLA pretendia publicitar as suas ideias e a imagem de um Partido forte, unido e popular, o único que permitia garantir a estabilidade política em Angola.

com os ventos da democracia e com o brio político das suas ideias, contribuíram para uma nova era de pluralidade democrática. Contudo, nesta atmosfera de mudança, os partidos de oposição não tinham vida fácil, uma vez que a estratégia do MPLA consistia em não dar espaço para a afirmação política de outras organizações políticas. Assim, habilmente o MPLA, partido no poder, apoderando-se dos instrumentos do Estado à sua disposição, como os media, a banca, as forças de segurança nacionais, a polícia secreta, os tribunais, consolidou o seu poder sufocando todas as expectativas dos outros concorrentes. Utilizou a estratégia dividir para reinar, e criou cisões dentro dos partidos oferecendo luvas para a sua desintegração, descredibilizou os seus líderes junto da população com políticas de baixo nível, uma espécie de “*campanha negra*”, e radicalizou o discurso, forçando ao exílio figuras ligadas a essas formações partidárias. Esta postura do Governo desiludiu os observadores e intelectuais nacionais mais atentos e, finalmente, era o fim de uma democracia participativa.

A par deste triste cenário de capitulação de novas forças políticas, apresentaram-se e concorreram mais de dezassete partidos e algumas coligações. Destes foram escrutinados doze partidos que conseguiram assento e representação na Assembleia Nacional. O PRS (Partido Renovador Socialista) obteve 2,27% dos votos, o que equivale a 6 dos 220 assentos Parlamentares⁵⁹. O PRS contava com um Ministro e dois Vice-Ministros no então Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN). A FNLA obteve 2,12% votos, o que equivale a 5 dos 220 assentos Parlamentar. Porém, em 1998, a FNLA retirou-se do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional.

O PLD (*Partido Liberal Democrático*), obteve três lugares e 2,39% dos votos.

O FDA (*Fórum Democrático Angolano*), fundado em 1992, por dissidentes da UNITA, obteve um cargo no Governo formado em 1992 e contou com um deputado na Assembleia Nacional. Mais seis partidos contavam com um assento cada na Assembleia Nacional. Nesta lista de partidos com assento parlamentar, destacaram-se:

O PRD (*Partido Renovador Democrático*);

AAD-COA (*Coligação - Aliança Democrática*);

O PSD (*Partido Social Democrata*);

O PAJOCA (*Partido da Aliança dos Jovens, Operários e Camponeses de Angola*);

⁵⁹ Cf. Revista, *Os Grandes Desafios do Futuro, Angola 30 anos de Independência*, 2ª edição: Global Marketing Angola, com a colaboração dos serviços de Imprensa da Embaixada de Angola, pp. 54-60.

O PDP-ANA (*Partido Democrático Pelo Progresso/Aliança Nacional Angolana*);

O PNDA (Partido Nacional Democrático Angolano).

As eleições presidenciais realizaram-se em simultâneo com as legislativas que pôs frente a frente, o Eng. José Eduardo dos Santos que obteve 49,6% e o líder do galo negro, Dr. Jonas Savimbi, com 40,1% dos votos escrutinados. Contudo, nenhum dos candidatos conseguiu vencer na primeira volta, mas após a rejeição dos resultados por parte da UNITA, não se realizou a segunda volta como previa a constituição. Nesse mesmo ano, Angola mergulhou de novo num conflito sem precedentes em todas as cidades do país. O MPLA, com a polícia governamental e a polícia de elite designada “*Ninjas*”, e a população civil que tinha sido armada na véspera, conseguiu expulsar a UNITA da cidade de Luanda, assistindo-se à perseguição aos Ovimbundos, e aos simpatizantes da UNITA na zona periférica de Luanda que foi catastrófica. Quem escapou à matança foi testemunha deste cenário horroroso⁶⁰. Após a retirada, reorganizou-se e estava pronta para mais uma fatídica luta de guerrilha em todo território nacional. Com o reacender do conflito, os Acordos de Bicesse tinham revelado as suas debilidades face aos desafios que o país enfrentava. Na verdade, as forças beligerantes não estavam preparadas para assumir a árdua tarefa democrática e faltava-lhes confiança mútua.

Neste período tenso e sangrento da hecatombe que se abateu sobre Angola, enalteço a coragem e a bravura de nacionalistas convictos que certamente Angola nunca se irá esquecer. Assim, em Outubro de 1992, num esforço titânico com o objectivo de salvar o processo de paz para a Angola, alguns líderes de oposição, a já falecida Vitória de Anália Pereira, do PLD, a mamã coragem como era conhecida, Filomeno de Vieira Lopes, FPD, Alberto Neto, líder do PDA, o grande nacionalista que nos dera a conhecer a verdadeira natureza da morte de Agostinho Neto durante a campanha eleitoral, Holden Roberto, FNLA, Luís dos Passos, do PRD, sobrevivente do holocausto do 27 de Maio de 77, Professor Doutor Nfulupinga Lando Victor, líder do PDP-ANA, Partido Democrático para o Progresso da Aliança Nacional Angolana, percebendo o grau exacerbado do problema e cientes dos riscos e da humilhação que lhes esperava em Luanda nas hostes dos radicais comunistas do MPLA, viajaram para o Huambo para

⁶⁰ Nuno Vidal; Justino Pinto de Andrade, *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*, Luanda/Lisboa, Edições Firmamento, Abril, 2006, 1ª edição, p. XXIX.

contactos com o líder na UNITA, que se comprometia em prosseguir com o processo de paz. Alguns destes líderes tiveram lenta “asfixia política” em termos de imagem e foram desacreditados publicamente através de boatos, calúnias e difamação públicas através da fortíssima e poderosa Televisão Popular de Angola (TPA), instrumento da propaganda do MPLA. O único pecado é oporem-se ao uso da força e enveredar pelas linhas do diálogo. Estes nacionalistas amavam o povo de Angola⁶¹.

Após as eleições, o processo da ONU sustentado pela comunidade internacional revelou-se obsoleto e cheio de contradições e insustentável para manter a paz em Angola. A ONU e seus parceiros revelaram sobretudo dificuldades de natureza técnica, logística e o desconhecimento total do terreno e dos dirigentes que estavam à frente dos partidos políticos. A paz passou a ser uma miragem para os angolanos, viu-se gorado um conjunto de expectativas de três décadas, minada sobretudo por causa de ambições dos líderes locais e de interesses estrangeiros. Ainda assim, houve várias pressões, desencadeadas pelos EUA, para restaurar o dossiê *Bicesse*. Assim em 1993, a administração Clinton reconheceu oficialmente o governo angolano. Neste período, os EUA jogaram um papel fundamental para restaurar os Acordos de paz de *Bicesse*, embora sem efeitos práticos e, ao mesmo tempo, foi-se preparando um outro processo designado de protocolo de *Lusaka*, abrindo-se novas perspectivas de negociações de paz para a Angola.

6. A interrupção dos acordos de 1992: a última guerra e a conclusão do processo de Bicesse.

As eleições de 1992 tinham confirmado a fraca maturidade dos actores políticos angolanos em implementar no país um projecto político estável, abrangente e consensual. Neste contexto, o país esperava por parte dos dirigentes coerência política nos compromissos assumidos perante o seu eleitorado e, ao mesmo tempo, dar ao povo angolano e à comunidade internacional, garantias no quadro do protocolo de Bicesse, de que era possível garantir a transparência depois de escrutinadas as urnas quanto à contagem dos votos. Contrariamente a tais expectativas, o país regredira e regressaria à

⁶¹ Cf. Félix Miranda, *ANGOLA – O futuro é possível*, Lisboa, Vega Editora, 2000, 1ª ed., pp. 124-131.

guerra e ao passado ao trazer à memória o modelo de Alvor (1975), o processo de Gbadolite, mediado pelo presidente Zaireense Mobutu Sese Seko. Embora não tivesse produzido qualquer documento, proporcionou ao MPLA e à UNITA negociações directas, um marco que ficou para a história. Quanto ao processo Bicesse (1992), desmoronava-se com o recomeço da guerra nas principais cidades do país, traduzindo-se num autêntico fracasso ao nível político e social. A única esperança dos angolanos era esperar por novas negociações para que se pudesse definitivamente salvar o processo.

Com o agudizar do conflito em 1993, a representante que chefiava a missão da UNAVEM II, Margaret Joan Anstee deixou Angola porque tinha cessado o seu mandato e no seu lugar ficou o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros do Mali, Maître Alioune Blondin Beye. Embora controversa a sua nomeação, cedo se revelou um homem talentoso, negociador nato e manteve-se sempre como observador imparcial, o que agradou ao regime de Luanda e à UNITA. O período de Maître Beye é caracterizado como o período mais difícil e delicado, estávamos em plena segunda Guerra Civil. Criou canais para conversações e foi um timoneiro incansável, morreu de acidente de viação sem nunca concluir o processo de paz, missão que tanto ambicionava. Desde que assumiu esta tarefa difícil, Maître Beye empenhou-se em trazer a paz a Angola num clima bastante adverso.

Com o avolumar do conflito, a Comunidade Internacional e o Conselho de Segurança das Nações Unidas, reconheceu e legitimou o regime de Luanda com o direito de se defender, adoptou a Resolução 864 e considerou a UNITA «*uma ameaça à paz e à segurança internacionais*»⁶². Com a ocupação de algumas petrolíferas, os Estados Unidos de América consideraram inaceitáveis a estratégia e as acções militares da UNITA. Assim, o Governo de Luanda, com esta resolução e com o apoio implícito de vários países, nomeadamente, africanos, descaracterizou a imagem do movimento do Galo Negro e comprometeram a já débil situação ao nível de apoios externos. Contudo, à UNITA só lhe restava renegociar com o regime de Luanda. Foi sob a presidência de Maître Beye, em Lusaka, a capital da Zâmbia, que as delegações ao mais alto nível se encontraram nesta capital africana. A delegação governamental era chefiada por Fautino Muteka, com os generais Higino Carneiro e outros, e pela delegação da UNITA, o seu

⁶² George Wright, *A Destruição de Um País*, Lisboa, Edições Caminho, 2001, 1ª ed., p. 332.

vice-presidente, o general António Dembo, general Arlindo Chenda Pena «Ben-Ben», Paulo Lukamba «Gato» e o diplomata Isaiás Samakuva. Estavam ainda neste evento os embaixadores da *troika* de observadores e inúmeros jornalistas nacionais e estrangeiros. Lusaka, apesar do mediatismo, nada produziu de concreto e as negociações decorreram num clima de guerra com acusações de ambos os lados que minaram o Protocolo de Lusaka⁶³. Apesar de todos os constrangimentos de Lusaka (1994), o contexto foi decisivo porque tinha produzido um documento com cláusulas importantes para a partilha do poder. O referido documento foi assinado por parte da UNITA por Eugénio Manuvakola e Venâncio de Moura. Estavam presentes figuras importantes de África, como Nelson Mandela e outros chefes africanos. O presidente José Eduardo dos Santos como o anfitrião estava presente, ao contrário do líder do Galo Negro, Jonas Savimbi, que mais uma vez perdeu a oportunidade de ressuscitar politicamente. Neste encontro, criou-se uma Comissão Política (CP) para supervisionar o processo. O GURN foi o mecanismo encontrado no período de governo de transição, com participações pontuais da UNITA na estrutura do poder e ao nível local, porque na prática nunca houve uma partilha efectiva do poder⁶⁴.

7. O Caso Angolano: a ambivalência entre a Sociedade Civil e o Estado.

Como é comum notar em África e, em Angola em particular, a ambivalência da esfera social radica no facto do Estado absorver a sociedade civil e as forças sociais importantes para o seu funcionamento, sendo difícil delinear o âmbito do poder civil em relação às entidades estatais. Hoje, verifica-se em todo o continente africano, salvo algumas excepções, uma forte intervenção do Estado na esfera social e pública, de maneira que o espaço público existe de maneira muito ténue. Tal manifesta-se no modo como se têm desenrolado as relações entre o poder político e a esfera pública.

Contribuiu para isso o largo fosso que há nas relações entre o Estado (os políticos) e os cidadãos, reduzindo os níveis da intervenção da sociedade, quer pela

⁶³ Cf. Carlos Albuquerque, *Angola - A Cultura do Medo*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, 2002, pp.322-342. Veja: Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História-Autobiografia*, Lisboa, Editora: Sextante Editores, 2008, 1ª edição, p. 287.

⁶⁴ Onofre dos Santos, *Eleições em Tempo de Cólera*, Luanda, Edições Chá de Caxinde, 2006. p. 219.

participação dos cidadãos⁶⁵, quer pela limitação em geral do poder do Estado nas instituições e na vida pública. O período das independências nacionais tinha inaugurado o poder de Estados autoritários e ditatoriais em toda a África, que não permitiram a criação e muito menos a correlação de forças sociais com o poder dos governos. Neste sentido, o que não foi considerado como as forças de intervenção social eram os órgãos oficiais que serviam os próprios interesses dos regimes políticos. É o que acontece ainda hoje em países como o Zimbabwe, Sudão, República Democrática do Congo, para exemplificar os casos mais sonantes.

Mas também se pode notar que, ao nível global, as regiões fazem o seu protagonismo em conformidade com as necessidades reais locais para dar uma resposta adequada à situação concreta. Neste caso, como afirmou D. Dollar, «*o futuro de África está nas mãos dos africanos*»⁶⁶, mas para que haja uma compreensão do poder político como um serviço à sociedade nacional é necessário desenvolver uma cultura política.

Em Angola, o problema do desenvolvimento era evidente desde a irrupção da onda nacionalista dos anos 60. A sua complexidade começou quando os movimentos nacionalistas MPLA, FNLA e UNITA, em vez de lutarem para o fim do colonialismo, não conseguiram evitar a ambição do poder, acabando por se confrontarem,⁶⁷ o que marcou a génese da guerra civil angolana. Mas a situação angolana, apesar de ter a sua especificidade, não se afasta da realidade geral de África. Com o fim da presença europeia no continente, «é certo que o desenvolvimento da sociedade civil foi gravemente restringido e a capacidade deste sector para promover hegemonia que prevaleceram em África nos primeiros 30 anos de independências»⁶⁸, situação que em Angola se circunscreve ao antagonismo que alimentou a guerra civil entre o MPLA-Governo e a UNITA, desde 1975 até à morte de Jonas Savimbi em Abril de 2002.

O contexto angolano teve uma experiência não menos dramática neste aspecto. O conflito desenfiado com que se proclamou a independência do país colocou os

⁶⁵ Cf. Jaime Pinsky; Carla Bassanezi Pinshy, *História da Cidadania*, Editora Contexto, Março, 2003, p. 9.

⁶⁶ David, Dollar, *Ajuda ao Desenvolvimento, Reformas e Redução da Pobreza em África*, in António Barreto e tal., *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*, Lisboa, Dom Quixote, 2001, 101.

⁶⁷ Norrie Mcqueen, *A Descolonização da África Portuguesa: A Revolução Metropolitano e a dissolução do Império*, Inquérito, Mem Martins, 1997, p. 196.

⁶⁸ E. Gyiamah Boadi, *Sociedade Civil e Desenvolvimento Democrático em África*, in António Barreto e tal., *Ibidem*, p. 111.

movimentos belicistas numa estreita dependência dos grandes regimes externos, o que, por sua vez, atirou o país para a total dependência económica do exterior, na medida em que destruía o tecido industrial a nível nacional. Tal fez com que a internacionalização da questão angolana, já sensível durante a guerra colonial, se acentuasse nos primeiros meses da independência, com as intervenções directas das potências estrangeiras aliadas aos beligerantes⁶⁹, o que determinou a crise do novo Estado e da Sociedade nascente. A sociedade civil angolana permaneceu controlada na medida em que o seu desenvolvimento ficou associado pelas restrições que lhe foram impostas pelo regime de governação comunista que durou durante os 33 anos da devastação que implementou a guerra entre o MPLA e UNITA sob a égide da Guerra-Fria.

Neste estado em que continuou a elevar-se o grau de conflitualidade interna entre o Estado-governo e a UNITA, as forças sociais normais para o funcionamento de uma sociedade civil, no caso angolano, ficaram todas comprimidas e mesmo as que existiam (UNTA, OMA, JMPLA, OPA) transformaram-se em entidades oficiais que falavam pela voz do Estado. Os mecanismos de participação durante o desenrolar da Primeira República até finais da década de 80 como as associações, os movimentos cívicos ou os sindicatos eram inexistentes. Neste processo, o Estado absorveu a sociedade. Sendo a entidade estatal soberana, controladora de todos os processos sociais, no período pós-independência, e considerando que «*a soberania se reduz ao princípio da supremacia política*»⁷⁰ do próprio Estado, a imagem da sociedade civil angolana era aquela que o discurso oficial do regime manifestava. Acresce a tal situação, já no contexto continental africano no qual Angola não é excepção, que o Estado pós-colonial, passados mais de 33 anos de independência, não melhorou e, na realidade, em muitos casos diminuiu o nível de desenvolvimento do país, levando a sociedade civil a um patamar de regressão considerável. Tal como observaram os governadores africanos do Banco Mundial, «*quase todos os países africanos*

⁶⁹ Armelle Enders, *História da África Lusófona, Inquérito*, Mem Martins, 1997, p. 121.

⁷⁰ Nuno Vidal; Justino Pinto de Andrade, *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*, Luanda/Lisboa, 1ª Publ., Edições: Firmamento, Abril, 2006, p. 62.

testemunharam uma regressão sistemática da sua capacidade nos últimos trinta anos; a maioria tinha maior capacidade no momento da independência do que tem agora»⁷¹.

O que, porém, contribui para este estado de inércia do Estado e da administração pública é o fenómeno caracterizado «*pelo absentismo disseminado, pela corrupção endémica, pela politização, pelo declínio da legitimidade e pela moral baixa*»⁷² com que se tenta construir um padrão social de intervenção por parte das elites estatais, condicionando o desenvolvimento da sociedade civil nos seus níveis de participação cívica. Como observou Frantz Fanon, «*o partido político em muitas regiões africanas, agora independentes, conhece uma inflação terrivelmente grave. Perante um membro do partido, o povo cala-se, torna-se “carneiro”*»⁷³.

8. O Memorando do Luena, a conclusão do processo de paz e as próximas eleições legislativas de 2008.

A conclusão do processo de Lusaka teve o seu momento histórico em Abril de 2002, com a morte do líder histórico do Galo Negro, Jonas Savimbi, tombado em combate no leste de Angola. A UNITA ficara órfã e o movimento precisava urgentemente encontrar um líder com o perfil adequado para os novos desafios que não fosse muito próximo do ex-líder da UNITA. Era urgente e imperativo renovar a estrutura partidária com políticas assentes para desafios ardentes no cenário urbano. A UNITA realizou assim pela primeira vez na capital, em Luanda, o seu IX Congresso rodeado de um certo mediatismo com a presença de convidados estrangeiros como o eurodeputado João Soares, velho amigo da família da UNITA, bem como jornalistas da casa e também estrangeiros.

A expectativa era grande e alguns nomes ventilados pela imprensa e analistas conceituados de Portugal acertaram em cheio, Samakuva foi eleito com 1067 votos deixando para traz os seus dois rivais, Dinho Chingunji e o histórico Paulo Lukamba “Gato”. O líder recém-eleito afirmou na altura «*unir o partido e torná-lo coeso,*

⁷¹ Cf. Tony Hodges, *ANGOLA – Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, Lisboa, Cascais, Edições Principia, 2002, pp. 88-89.

⁷² *Ibidem*, pp. 120-121.

⁷³ Frantz Fanon, *Os Condenados da Terra*, Lisboa, Editora Ulisseia, 1961, p.178.

*preparar as eleições gerais e manter o compromisso de lealdade para a conclusão do processo de paz angolano»*⁷⁴. Este período foi de capital importância para a afirmação da UNITA junto dos angolanos nas cidades. Era imperativo criar a confiança política para os compromissos futuros e apagar a imagem de uma organização militar que tinha prejudicado a UNITA com o recomeço da guerra. Este período encerrou definitivamente a guerra no país e, conseqüentemente, atenuou as diferenças ideológicas que opunham a UNITA e o MPLA. O caminho a seguir era o do diálogo construtivo para o processo de paz. Estas dificuldades de entendimento arrastaram-se desde 1975 até 2002. Neste âmbito Sakala afirmou de uma forma lapidar que *«o protocolo de Lusaka era a melhor base para se solucionar o problema angolano. Mas Sullivan, o embaixador americano em Luanda, afirmava constantemente que o seu Governo respeitaria todas as opções do Governo angolano»*⁷⁵. Ora, a posição dos Estados Unidos de América demonstrava claramente que, acima de quaisquer interesses, estavam os interesses do povo americano.

Na verdade, Angola apesar de alguns constrangimentos internos e externos que a impediram de implementar o processo de paz vivia um período de reconstrução económica, social e política, neste período de transição para um sistema multipartidário que tinha sido suspenso pela guerra civil. Com a assinatura do memorando de Luena em Abril de 2006, Angola abria mais um capítulo nos pergaminhos da sua história, ao implementar o protocolo de Lusaka, preparar as novas eleições gerais em Angola e consolidar o processo de paz interrompido pela guerra civil. O país dependia agora do pronunciamento do presidente da República Eduardo dos Santos, para fixar definitivamente a data oficial as eleições em tempos de paz. Apesar de vários prognósticos sobre as datas, finalmente, o governo de Angola anunciou oficialmente a data da marcação das legislativas em 2007. Porém, tudo estava pendente de vários projectos do governo e do programa, bem como do seu congresso que permitia legitimar as políticas do líder do MPLA, na mobilização e na reestruturação do aparelho do partido para impor e implementar a sua agenda política em todo o território nacional. Com este congresso, o MPLA aumentou a sua influência na zona sul de Angola, nas

⁷⁴ Jornal Correio da Manhã, *UNITA elege Samakuva*, Sábado, 28.Junho.2003, p. 33. Veja: Revista Expresso, Nº 1531, 2.Março.2002,p. 46-57.

⁷⁵ SAKALA, Alcides, *Memórias de Um Guerrilheiro*, Lisboa, Edições Dom Quixote, 2006, 3ª ed., p. 423.

províncias do Huambo, Bié, Huíla e Cuando Cubango. Em Lunada o número de membros aumentou significativamente atingindo uns milhares. Com o advento das eleições, o MPLA previa “novas regras democráticas”, o Comité Central assumiu posições estratégicas de controlo de células de bairro. Este processo teve como único objectivo seguir a velha tradição comunista de centralizar todo o poder a partir do Comité Central. Nesta óptica, Nuno Vidal afirmou que «o Estado e o partido encontram-se no centro do parlamento e na gestão dos investimentos, centralizando o seu controlo pelo menos nas fases iniciais»⁷⁶. Apesar das reformas de fundo implementadas, o MPLA nunca conseguiu demarcar-se do velho sistema marxista-leninista de concentrar tudo numa única personalidade, deixando à margem figuras chaves e históricas do seu Partido, que no passado estiveram na base de rupturas profundas que quase culminaram na tentativa do golpe de Estado ocorrida em 27 de Maio de 1977, liderada por Nilto Alves⁷⁷. Embora esse cenário seja hoje improvável, as intrigas palacianas em África continuam a ameaçar os Estados construídos sob “a lei do betão”, ladeados de um sistema de segurança forte e musculado, projectando o continente para um destino incerto e perigoso, quer dos seus líderes, quer dos seus povos.

9. O simbolismo do Memorando de Entendimento do Luena em 2002 e o culminar do protocolo de Lusaka

Embora o Memorando do Luena não fosse um novo acordo de paz, mas o retomar do Protocolo de Lusaka (*que, por sua vez, tinha por base os Acordos de Bicesse*), o processo de desmobilização e desarmamento em 2002 e 2003 diferia significativamente tanto de Bicesse como de Lusaka. O novo dispositivo negocial continha, mais uma vez, provisões para o aquartelamento e desmobilização das forças militares da UNITA, a integração de uma parcela do pessoal da UNITA nas Forças Armadas Angolanas (FAA) e na Polícia Nacional, e a desmobilização e a reintegração dos demais combatentes noutros ramos, como empresas e a sua inserção na sociedade

⁷⁶ VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de, *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*, p. 30.

⁷⁷ Cf. CABRITA, Felícia, *Massacres em África*, Lisboa, Edições Esfera dos Livros, 2008, 2ª ed., p. 287.

civil. Entretanto, o total de pessoal da UNITA a ser incorporado nas FAA de acordo com as vagas estruturais existentes foi limitada a cerca de 5.000. Entretanto, no Protocolo de Lusaka fora estipulado um total para a composição das FAA a ser acordado entre o governo angolano e a UNITA, e em Bicesse fora estipulado um total igual de soldados para ambos os lados, mas o mesmo não se veio a verificar. Apesar dos constrangimentos registados, Luena representou a conclusão do processo de integração das duas forças armadas iniciado com Bicesse. Este processo permitiu ao governo angolano consolidar sua vantagem ao dar prioridade àqueles que eram considerados como uma 'ameaça' potencial ao processo de paz – generais e oficiais mais antigos da UNITA que poderiam ser ‘comprados’, isolando definitivamente as tropas dos seus líderes – numa estratégia muito efectiva da parte do governo.

De múltiplas formas, portanto, o processo de paz do acordo do Luena reflectiu melhor a natureza do fim da guerra do que o Protocolo de Lusaka – uma vitória do governo angolano ao invés de uma solução negociada. Contudo, Lusaka como momento impar da história do processo de paz apelava a uma participação acrescida da ONU, e em Luena, o governo angolano deixou clara a sua determinação em conduzir sozinho o processo. Chamou a si integralmente a responsabilidade pela administração e o financiamento do processo de desmobilização e desarmamento (no montante de 187 milhões de dólares em Janeiro de 2004). Este processo não incluía cláusulas de verificação e monitorização por terceiros, como no Protocolo de Lusaka. A não presença da ONU ou de outras organizações mundiais nas áreas de aquartelamento foi negativa. Criou-se uma nova organização, a Comissão Militar Conjunta (CMC), para supervisionar a implementação do acordo do Luena, dirigida pelo governo e composta por militares representando o governo e a UNITA, sendo permitida apenas a presença de observadores militares da ONU e da *Troika*, e não de Organizações Independentes. Somente em Agosto de 2002. Depois de completada a desmobilização formal, o Conselho de Segurança autorizou uma nova missão da ONU. Embora se tenha criado subsequentemente uma Comissão Conjunta, compreendendo representantes do governo, UNITA, ONU e da *Troika*, para fiscalizar a implementação de questões pendentes do Protocolo de Lusaka, o governo angolano insistiu que este processo fosse encerrado o mais brevemente possível. A Comissão foi dissolvida em Outubro de 2002, a despeito de algumas queixas da UNITA de que o trabalho ficara incompleto, e do anseio de que

este facto reduzisse os incentivos do governo para garantir a correcta implementação do processo.

CAPÍTULO III

AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2008 E A NOVA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

1. Sistema político.

O sistema político angolano é semi-presidencial, assemelha-se ao da França, o presidente concentra sobre si todos os poderes para decidir sobre várias matérias, entre as quais: formar governo, nomeação para altos cargos públicos, quer seja do governo central ou provincial, tudo para manter e concentrar sobre si o poder, numa espécie de «*Pirâmide patrimonial*»⁷⁸.

2. Constituição da Assembleia Nacional de Angola.

A Assembleia Nacional é composta por 223 assentos para os quais deverão ser eleitos por sufrágio universal com mandato de 4 anos. Os Deputados são eleitos por 18 círculos provinciais, 1 círculo nacional e 1 círculo em representação das comunidades angolanas no estrangeiro. Todavia, a não eleição de Deputados do último círculo (África e o resto do mundo) fez com que, actualmente, a Assembleia Nacional seja composta por apenas 220 Deputados. No decorrer das sessões plenárias, a mesa é composta somente por dois Vice-Presidentes e dois Secretários de Mesa, que apoiam o Presidente da Assembleia Nacional na execução dos trabalhos parlamentares.

A Assembleia Nacional tem nove Comissões de Trabalho Permanentes, nomeadamente:

1ª Comissão: Assuntos Constitucionais e Jurídicos, Regimento e Mandatos;

2ª Comissão: Defesa, Segurança Nacional, Ordem Interna;

⁷⁸ Cf. Nuno Vidal; Justino Pinto de Andrade, *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*, pp. 12-13.

3ª Comissão: Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas no Estrangeiro;

4ª Comissão: Administração e Poder Local;

5ª Comissão: Economia e Finanças;

6ª Comissão: Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura, Desporto, Assuntos Religiosos e Comunicação Social;

7ª Comissão: Saúde, Meio Ambiente, Acção Social, Emprego e Antigos Combatentes;

8ª Comissão: Família, Juventude, Infância e Promoção da Mulher;

9ª Comissão: Direitos Humanos, Petições, Reclamações e Sugestões dos Cidadãos.

A Assembleia Nacional pode, se necessário, criar Comissões Eventuais para um fim determinado. Em conformidade, encontra-se em pleno funcionamento a Comissão Constitucional, com o objectivo de proceder à elaboração da futura Constituição da República de Angola, mais abrangente e que tenha em conta as tradições culturais dos vários povos étnico-regionais. Esta é a posição do Partido vitorioso nas eleições de 2008.

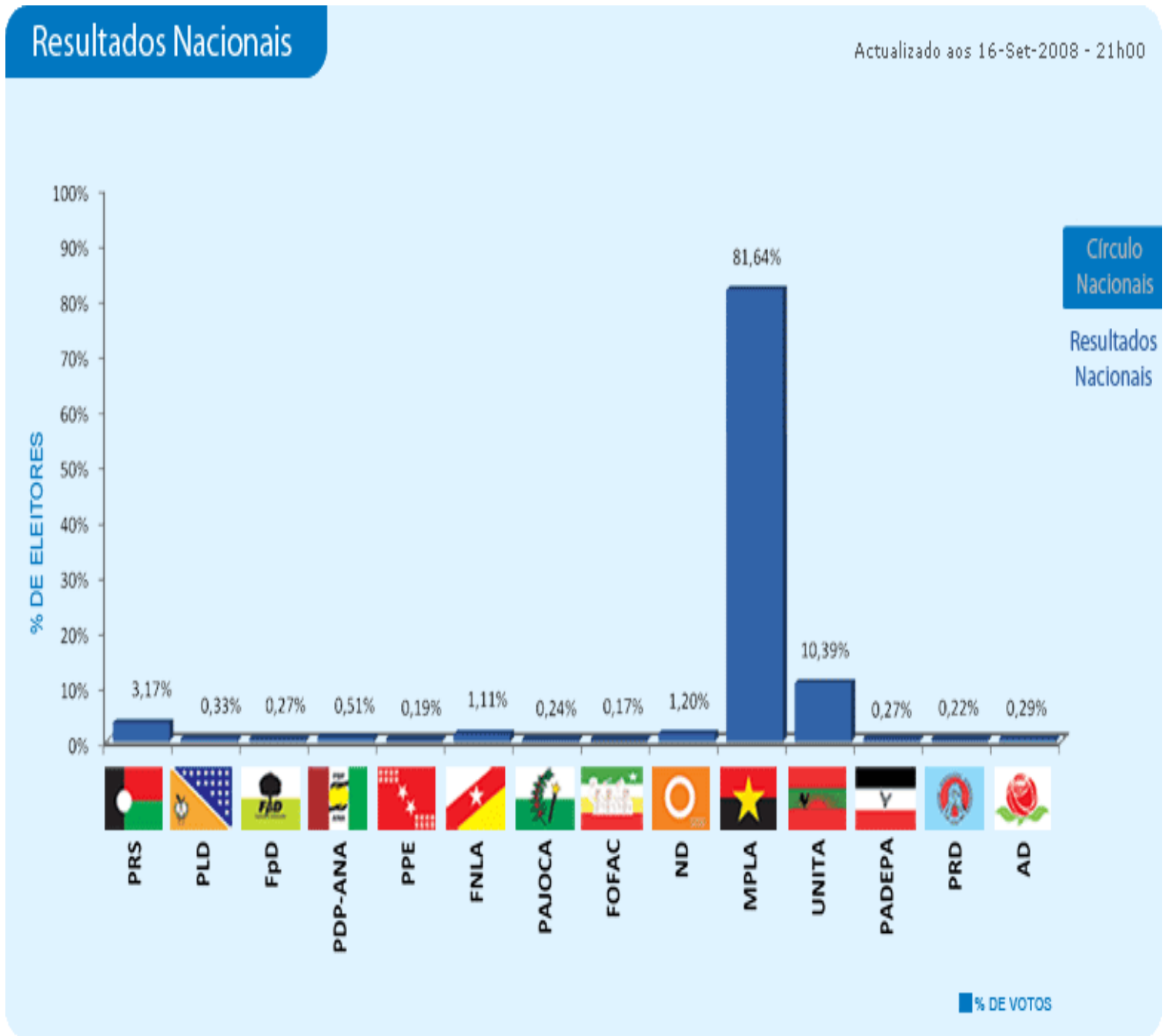
3. A estratégia do financiamento desigual dos Partidos.

O orçamento inicial para as eleições foi aprovado em Março de 2008 por cerca de \$420 milhões. O valor real já utilizado ultrapassa agora os \$840 milhões. Estima-se que a distribuição dos dispêndios efectivos desse valor incluía 8% para “educação cívica”, 20% para subsídios aos membros das mesas de voto, 33% para logística eleitoral, 17 % para transportes e 22% para tecnologias de informação. Das despesas efectuadas, apenas cerca de \$95 milhões foram objecto de concurso limitado por prévia qualificação. O mais absurdo é o avultado gasto sob a rubrica “educação cívica” para os benefícios produzidos.

O financiamento que o Estado atribuiu aos partidos e coligações concorrentes nos termos do Artigo 95º da Lei eleitoral ascende aos \$16 milhões, cabendo cerca de \$1 milhão a cada partido concorrente. As despesas do Partido/Estado no período de Março a Julho de 2008, que foram tornadas públicas por via das aquisições, doações e

exibições que organizou, ultrapassavam já os \$320 milhões antes do início da campanha eleitoral.

4. Gráfico dos Resultados Nacionais.



Informação geral / Nacional

Censo		7.213.281	87,36%
-------	--	-----------	--------

Mesas	50.195		
-------	--------	--	--

Mesas escrutinadas		50.195	100%
--------------------	--	--------	------

Votação / Nacional

Total de votos		7.213.281	87,36%
----------------	--	-----------	--------

Votos brancos		271.818	3,77%
---------------	--	---------	-------

Votos nulos		384.673	3,77%
-------------	--	---------	-------

Votos reclamados		106.383	1,47%
------------------	--	---------	-------

Votos válidos		6.450.407	89,42%
---------------	--	-----------	--------

Deputados por partido %

MPLA		191	81,64%
------	--	-----	--------

UNITA		16	10,39%
-------	--	----	--------

PRS		8	3,17%
-----	--	---	-------

ND		2	1,20%
----	--	---	-------

FNLA	3	1,11%
------	---	-------

CNE - Comissão Nacional Eleitoral - Todos os Direitos Reservados - Design: CNE ©2007

Informação geral / Nacional		
Censo	7.213.281	87,36%
Mesas	50.195	
Mesas escrutinadas	50.195	100%
Votação / Nacional		
Total de votos	7.213.281	87,36%
Votos brancos	271.818	3,77%
Votos nulos	384.673	3,77%
Votos reclamados	106.383	1,47%
Votos válidos	6.450.407	89,42%
Deputados por partido		%
MPLA	191	81,64%
UNITA	16	10,39%
PRS	8	3,17%
ND	2	1,20%
FNLA	2	1,11%

5. Resultados apresentados pela CNE nas eleições legislativas de 2008.

A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) divulgou terça-feira à noite em Luanda os resultados definitivos das eleições legislativas de 5 de Setembro, que dão a vitória por maioria absoluta ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA, no poder) com 81,64 por cento dos votos.

O MPLA venceu nas 18 províncias do país, e seguiu-se o seu principal opositor, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) com 10,39 por cento, o Partido da Renovação Social (PRS) com 3,17 por cento, a coligação Nova Democracia (ND) com 1,20 por cento e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) com 1,11 por cento.

Com esta vitória esmagadora do MPLA que obteve 191 dos 220 assentos na Assembleia Nacional (Parlamento), a UNITA desceu em relação a 1992, onde tinha conseguido 70, passou agora para os 16 deputados, o PRS surpreendentemente conseguiu oito deputados, a FNLA três e a coligação Nova Democracia (ND) dois.

A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) divulgou em 10 de Setembro os últimos resultados parciais das legislativas angolanas de 2008, os quais confirmam a vitória do governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) com 81,76% dos votos emitidos.

Segundo a CNE, o MPLA recebeu 4.520.453 votos, contra 572.523 da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), que correspondem a 10,36% e colocam o principal partido opositor em segundo lugar na preferência do eleitorado angolano.

Em terceiro lugar ficou o Partido de Renovação Social (PRS), com 173.546 votos, que representam 3,14% do total.

6. O Presidente José Eduardo dos Santos na equação da vitória do MPLA nas eleições legislativas 2008.

As eleições legislativas de 2008 foram marcadas sob o signo do presidente José Eduardo dos Santos, que se assumiu como o protagonista da campanha e da sua velha guarda do Partido Único, camaradas de sempre, e destacados timoneiros da caminhada

desde 1979, que tinham nessas eleições um único propósito: tirar do baú os antigos slogans “*Angola é e será por vontade própria, trincheira firme da revolução em África*”; “*o MPLA é o povo e o povo é o MPLA*”; “*a luta continua e a vitória é certa, pelo poder popular*”: “*de Cabinda ao Cunene, um só povo e uma só nação*”. Na base desse propósito assentava um único objectivo, esmagar definitivamente os partidos de oposição, relegá-los para segundo plano e reduzi-los a uma insignificância total, senão mesmo erradicá-los da cena política nacional. Estas atitudes foram patentes e demonstrativas nos discursos de algumas personalidades com responsabilidade política no país que proferiam discursos eivados de ódio, com tons de ameaça de que quem manda no país independentemente dos resultados será sempre o MPLA. Se tivermos em conta a actual situação que se vive em Angola, o medo constante de se dizer a verdade, quer seja na rua, nos candongueiros (carrinhas de transportes público, táxis colectivos), no café, nas escolas, é aterrador nos dias que correm. Tal é fruto das irresponsabilidades dos líderes de Angola de que infelizmente tão cedo não se livrará. O pânico espalhou-se por toda a parte com medo de sofrer represálias. É com base nesta chantagem psicológica que o presidente de Angola vai gerindo e consolidando a sua imagem, assumindo-se desta forma como o único que pode gerir os destinos do seu povo com o controle total e definitivo das suas riquezas. Nestas eleições, o presidente de Angola não dispendo muito dos dotes de oratória, do carisma, dos discursos que ponham em êxtase e delírio o espírito das massas famintas destes ingredientes, bem ou mal, a sua excelência o Senhor presidente, título cortês bastante usado nos círculos de sua confiança, a sua imagem saiu fortalecida, mesmo sem inovar do ponto de vista político. O exemplo mais anedótico foi verificar opiniões ambíguas de elogio de algumas figuras proeminentes ligadas à Igreja Católica que nestas eleições teceram elogios públicos na campanha a favor do presidente de Angola.

As eleições de 2008 vieram reforçar a tríade Estado, Governo, Partido MPLA, e Alianças Familiares Políticas, compadres, clientes e clientelas, e reavivar à memória dos angolanos, que a política está ao serviço dos interesses de quem detém o poder, a oligarquia, e não ao serviço do povo, como é apanágio numa democracia⁷⁹. Tudo sai

⁷⁹ Nuno Vidal; Justino Pinto de Andrade, *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*, pp. 12-13.

reforçado com os grandes interesses capitalistas, como as multinacionais do Ocidente, os negócios da banca, os *Off Shore*, que declaradamente apoiam esse tipo de políticas corrosivas aliadas à corrupção generalizada, desgraçando cada vez mais a já difícil situação de miséria dos angolanos⁸⁰. Como dizia alguém “*a procissão ainda vai no adro*”. Podemos aqui especular, aliás, é legítimo fazê-lo que com este *zapping político*, há uma instrumentalização e aliciamento dos que se opõem às políticas de cosmética de quem detém o poder. A velha vingança do passado de castigar aqueles que não partilham a mesma doutrina espartana, forjada no espírito da força, da brutalidade, do ódio de espezinhar daqueles que contestam e criticam a maneira de fazer política em Angola, essas vicissitudes vão certamente acompanhar os angolanos depois de muitos anos de guerra, de luto e de miséria. Não se vislumbram tempos bons, antes pelo contrário, antevê-se um “*período quaresmal*” de jejum e abstinência difíceis, se não fossemos nós católicos e crentes habituados a fazer a via-sacra de Nosso Senhor Jesus Cristo que sempre caracterizou a nossa caminhada de transeuntes rumo à pátria celeste. Resta-nos essa esperança escatológica. Reafirmo, será difícil à UNITA ou a outro partido qualquer estar no poder em Angola, salvo se houver uma intervenção miraculosa. Embora alivie a minha falta de fé nas palavras de Carlos Pacheco quando diz «*Não há derrota sem amanhã*»⁸¹, talvez possa acreditar que na odisseia da história humana nada é definitivo, mas a ver vamos.

A par desta situação de violação do jogo democrático verificou-se nesta campanha inaugurações de obras públicas nas províncias, algumas inacabadas. Em Benguela, por exemplo, o presidente por remorsos limitou-se a encontros privados com as autoridades locais, uma vez que não existiam obras por inaugurar, mas a estratégia do *marketing* político montada pela engenharia brasileira e Ocidental, que já é uma presença constante nos grandes acontecimentos organizados pelo governo de Angola, foi prosseguindo a sua marcha. O presidente de Angola foi uma autêntica estrela, um artista em palco, um actor político reabilitado pelos órgãos de informação do Estado, promovendo a sua imagem, os interesses do seu partido no poder há mais de 30 anos⁸².

⁸¹ Cf. Carlos Pacheco, *Repensar Angola*, Lisboa, Edições Vega, 2000, pp. 198-203.

⁸² Nuno Vidal; Justino Pinto de Andrade, *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*, pp. 31-32.

Estas eleições, embora se tenham pautado pelo grande civismo dos militantes e simpatizantes dos partidos concorrentes, os observadores estrangeiros, como as Organizações Não Governamentais, a *Human Rights Watch* e as Associações dos Direitos Humanos Nacionais, contrariam a posição do governo de Angola, de que as eleições não foram transparentes e justas. A HRW no relatório de análise das legislativas aponta aspectos como a falta de independência da CNE e a falta de transparência, e retoma aspectos referidos no relatório da missão de observadores da União Europeia (EU), como a «*parcialidade dos media, a desigualdade no acesso aos recursos do Estado ou a falta de independência da CNE*»⁸³

7. O papel da mulher e o seu protagonismo na esfera política angolana.

As eleições legislativas de 2008 transformaram o sonho da mulher angolana numa realidade consagrada na liberdade e no reconhecimento da sua dignidade, fruto de vários anos de humilhações e conquistas. A mulher angolana foi vítima ela própria no período da guerra civil em Angola, serviu de juguete para ambos os lados, doméstica porque competia-lhe gerir e sustentar a casa na ausência do marido; usada para o transporte nas colunas dos soldados que iam combater, portanto, é neste fosso que ela se liberta e emerge intervindo na vida social, cívica e política, do país neste período conturbado. A mulher angolana foi sempre uma voz incessante ao apelo da distribuição da riqueza e na construção da paz em Angola⁸⁴.

Angola registou de facto progressos significativos na crescente emancipação da mulher nesta luta travada na conquista do seu espaço na cena política nacional e internacional como: Alan Johsom - Libéria; Néstor Kirchner - Argentina; Verónica Michelle Bachelet – Chile. É neste contexto que vemos nascer a subida da mulher ao poder em África, em particular no caso de Angola, onde constitui um desafio estimulante senão mesmo uma ameaça na forma como os homens se comportam no

⁸³ JORNAL PÚBLICO, *Relatório Análise das legislativas já na perspectiva do voto para as presidenciais*, Segunda-Feira, 23 de Fevereiro 2009, p 12.

⁸⁴ Fátima Moura Roque, *Apelos Angolanos*, Lisboa, Edições: Hugin Editores, 2000, 1ª edição, pp. 197-198. Veja: Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História-Autobiografia*, dedicou um poema em honra da mulher angolana, enaltecendo o seu contributo nos momentos difíceis da história de Angola, p. 309.

exercício político do poder. A mulher angolana no seu anonimato passou a ser reconhecida e a gozar do mesmo estatuto nos cargos que outrora eram exclusivos e destinados só para homens na política. Embora timidamente, devemos reconhecer que a sua posição no panorama político nacional é um facto e um avanço. Parafraseando Félix Miranda sobre a ascensão da mulher e a sua inserção nas várias actividades produtivas do país, *«ainda hoje muitos homens pensam que as mulheres só servem para fazer filhos, lavar roupa e cozinhar. Mas o tempo e a prática vieram demonstrar que a realidade é totalmente diferente, e que tais ideias se baseavam e baseiam apenas em preconceitos, exploração económica e complexos de inferioridade»*⁸⁵. Este fenómeno de emancipação está a acontecer um pouco por todo o mundo. Vejamos o que está a acontecer na América Latina, em África, com Alan Johsom no poder e, timidamente, na Ásia.

Angola, contrariamente aos países de Língua Portuguesa, foi o que registou maior número de mulheres no governo e no parlamento, e isto aconteceu desde que se introduziu o sistema multipartidário. As eleições legislativas de 2008 introduziram um novo paradigma no exercício da repartição do poder. Em 1992, a participação da mulher na vida política era uma grande novidade e, pela primeira vez, houve uma candidatura ao cargo de primeiro-ministro, Anália de Vitória Pereira, do Partido Liberal Democrático, que em simultâneo concorreu para as eleições presidenciais⁸⁶. A candidatura da “mamã de Angola”, foi um facto de grande destaque, de grande honra e de glória, contagiou e embalou a mulher angolana para novos voos. A sua aparição na senda política nacional era um processo e uma caminhada irreversível. E isto reflectiu-se nestas eleições, onde as mulheres hoje representam já 39% do total de assentos parlamentares, quer dizer, foram eleitas 85 mulheres para a Assembleia Nacional, o que significou um avanço na afirmação política nacional, se comparado com o período pós-independência onde o papel da mulher na política não era dignificado; desempenhavam apenas cargos simbólicos sem qualquer relevância política como secretárias, pastas de directoras, organizações femininas de propaganda política, nomeadamente, a Organização da Mulher Angolana (OMA). Mais tarde, a partir dos anos 90 e 2000, passaram a ocupar lugares na hierarquia do Governo, consolidando o seu papel na

⁸⁵ Félix Miranda, *ANGOLA- O futuro é possível*, Lisboa, Editora Vega, 2000, 1ª edição, p. 46.

⁸⁶ *Ibidem*, p.78.

construção e no desenvolvimento de uma sociedade mais moderna e igualitária, como é o caso africano e, em particular, o angolano.

Conclusão

As relações coloniais entre a Europa e o Continente africano sob a forma de contactos comerciais tinham instaurado o processo de conquista, dominação e instalação dos comerciantes e colonos europeus naquele continente. Passados cerca de cinco séculos dessa dominação, o processo de emancipação de todos os povos africanos está por construir. A organização das sociedades africanas é um dos maiores desafios para o desenvolvimento do continente.

A construção e a reconstrução dos Estados africanos fundada nos valores da democracia, da liberdade e da paz é, de longe, um horizonte a alcançar. Este cenário é confirmado com as primeiras eleições legislativas realizadas em 1992 que reflectiam a incapacidade dos líderes africanos de construir a paz, a falta de capacidade para minimizar os índices de extrema pobreza em que graça a maior parte da sua população, os regimes autoritários. A falta de democracia é hoje o problema fulcral que torna ainda mais vulnerável o débil esforço angolano na busca da consolidação dos sistemas económicos que se encontram no estado de permanente crise por falta de transparência da publicação das suas contas. A dependência externa não parece dar sinais de autonomização e auto-suficiência dos governos e das sociedades nos países africanos, pelo contrário, tende a piorar.

Passadas cerca de três décadas das independências africanas, há muito que fazer em todo o continente, de tal modo que a boa vontade política dos governos em permitir reformas estruturais nos aparelhos governamentais é cada vez mais indispensável. Para tal, é necessário concentrar esforços para tornar eficazes os sectores essenciais da vida pública e privada africana: a democratização e a formação de uma opinião pública construtiva da sociedade civil africana, a liberalização dos governos, a erradicação dos conflitos armados endémicos, a luta contra o fenómeno da corrupção galopante, o sistema educativo obsoleto e a falta de quadros, e o combate ao analfabetismo.

No contexto geral da nossa abordagem, colocamos a ênfase no caso de Angola, onde se constata violações aos direitos humanos, a restrição à liberdade imprensa⁸⁷ e de opinião, e até mesmo à liberdade de associação. Os crescentes níveis de corrupção

⁸⁷ Félix, Miranda, *ANGOLA- O futuro é possível*, pp. 93-95.

das instituições públicas, o défice de uma ética política dos governantes são factores corrosivos dos Estados africanos que transformam a África numa região com elevado nível de vulnerabilidade. Os níveis de profunda pobreza reflectem-se no atraso cultural, científico e tecnológico, e esta parcela do planeta enfrenta hoje uma crise que dificulta em grande medida a sua estabilização social.

As eleições legislativas de 2008 em Angola, serviram para provar a imaturidade política do povo angolano, a fraca capacidade crítica do povo em reclamar aquilo desconhece, nomeadamente, os direitos humanos, e tal verificou-se porque mais de 68% da população angolana vive em pobreza extrema. A taxa de analfabetismo cifra-se nos 58%, enquanto a média africana é de 38%. Este *deficit* de capital humano conjugado com a falta de vontade política em implementar reformas estruturais para uma verdadeira democracia, apontam-nos para um regresso ao monopartidarismo, que já começa a desenhar-se como uma estratégia bem concertada, nomeadamente, do afastamento dos Embaixadores, Governadores provinciais e administradores Municipais afectos à oposição, bem como a possível aprovação e entrada em vigor da nova Constituição que passará a consagrar a eleição do Presidente da República por sufrágio indirecto (através da Assembleia Nacional). Estas políticas oportunistas serão benéficas para a democratização genuína da nação?

Angola se quiser ser, de facto, um exemplo de democracia em África, lembrando as palavras do presidente de Angola, terá que acautelar-se nas futuras eleições e delegar a responsabilidade organizativa a uma equipa da CNE que seja independente, consensual e que inspire a confiança do povo, e acabar em definitivo com a *síndrome* da derrota antecipada, susceptível de criar a psicologia do pânico; realizar uma campanha onde o acesso aos meios de comunicação para a divulgação dos programas seja igual para todos; mesas de votos devidamente identificadas, agentes credenciados de ambos os partidos concorrentes respeitadores das normas; e acabar com a presença de agentes dos serviços secretos à boca das urnas. Lendo a Auditoria da UNITA sobre os profundos atropelos registados nas eleições 2008, este documento relata alguns factos recolhidos *in loco* que mancharam mais uma vez aquilo que deveriam ser eleições livres e justas⁸⁸.

⁸⁸ JORNAL CRUZEIRO DO AZUL, *Auditoria da UNITA - Arrasa com a CNE*, ANO III, Edição 153, Novembro/Dezembro, 2008, pp. 9-11; O JORNAL ANGOLENSE (*Detalhes Escaldantes do Relatório sobre*

Com as eleições de 2008, assistiu-se também no país o processo de elaboração da Nova Constituição, inicialmente acordada na Comissão Constitucional, mas que desembocou numa aceleração que não permitiu a necessária participação de todos os actores da cena política angolana; a consulta pública sofreu uma forte manipulação política a favor do partido no poder, com a pré-consagração do “Projecto C”; a pressão exercida na aceleração dos trabalhos da Comissão Constitucional visou a legitimação do Presidente da República em funções, sem a imprescindível eleição presidencial; o modo da eleição presidencial, plasmado no texto de Constituição trazido para aprovação, não fazia parte de nenhum dos ante-projectos que deram entrada nos prazos estabelecidos pela Lei 02/09 de 6 de Janeiro, a Lei que cria a Comissão Constitucional;

A introdução da Nova Constituição designada de atípica constitui um elemento perturbador de todo este processo constituinte, ferindo gravemente as cláusulas pátrias previstas no Artigo 159º da Lei Constitucional ainda em vigor. Esta Constituição dá excessivos poderes ao Chefe de Governo, que vai cuidar da gestão do erário público sem disso prestar contas a quem quer que seja.

Angola viu, finalmente, comprometido o seu processo de consolidação para a construção do Estado de Direito, e o imperativo de todos os angolanos deve ser o de contribuir para a instauração em Angola de um verdadeiro regime democrático.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Carlos, *Angola - A Cultura do Medo*, Brasil /Lisboa, Edições Livros do 2002, 1ª edição.
- ANDRADE, Mário Pinto de, *Origens do Nacionalismo Africano*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997
- AA. VV., HISTÓRIA UNIVERSAL, *A Reforma e a Contra-Reforma; A Colonização de África*, Lisboa, Edições Grupo Cofina, 2005.
- ARISTÓTELES, *Política*, Tradução de António Campelo Amaral; Carlos de Carvalho Gomes, Lisboa, Coleção Vega Universidade/Ciência Sociais e Políticas, Edições Bilingue, 1ª edição.
- BERNARDO, Henrique Gomes, *Estratégia de um conflito, Angola 1961-1974*, Lisboa, Edições Prefácio, 2008.
- BESSA, António Marques; PINTO, Jaime Nogueira, *Introdução à Política – III Ideologia, Regimes Políticos e Ordem Internacional*, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, Janeiro, 2002.
- BOTELHO, Américo Cardoso, *Holocausto em Angola-Memória de entre o Cárcere e o Cemitério*, Lisboa, Editora Vega, 2008, 3ª edição.
- BRIDGLAND, Fred, *Jonas Savimbi: Uma Chave para a África*, Lisboa, Edição: Perspectivas & Realidades.
- BRITTAIN, Victória, *Morte da Desigualdade –A Guerra Civil em Angola*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, Março, 1999, 1ª edição.
- BOADI, E. Gyiamah, *Sociedade Civil e Desenvolvimento Democrático em África*, in António Barreto.
- CABRITA, Felícia, *Massacres em África*, Lisboa, Edições Esfera dos Livros, 2008, 2ª edição.
- CARDOSO, Pedro, *Atlas da Lusofonia - Angola*, Lisboa, Edições: Prefácio, 2004.
- CORREIA, Pedro de Pezarat, *Manual de Geoestratégia e Geopolítica, Vol. I Conceitos, Teorias e Doutrinas*, Quarteto Editora, 2002, 1ª edição.
- CARREIRA, Iko, *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996.

CARSON (org.), Clayborne, *Eu Tenho Um Sonho - A Autobiografia de Martin Luther King*, Tradução de Francisco Agarez, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2003.

CHIWALE, Samuel, *Cruzei-me com a História – Autobiografia*, Lisboa, Editora: Sextante Editores, 2008, 1ª edição.

CRISCK, Bernard, *A Democracia*, Tradução de Carla Hilário Quevedo – Biblioteca Compreender, Edições Quasi, 2002.

CUNHA, Paulo Ferreira da, *Política Mínima*, Coimbra, Edições Almedina, 2003.

DAVIDSON, Basil, *O fardo do Homem Negro*, Porto, Edições Campos das Letras, 2000, 1ª edição.

DOS SANTOS, Onofre, *Eleições em Tempo de Cólera*, Luanda, Edições Chá de Caxinde, 2006.

ENDERS, Armelle, *História da África Lusófona, Inquérito*, Mem Martins, 1997.

ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA, Editorial Verbo, 13º Vol., Lisboa.

FANON, Frantz, *Os Condenados da Terra*, Lisboa, Editora Ulisseia, 1961.

FORTES, Meyer; PRITCHARD; Edward E. Evans, Lisboa, *Sistemas Políticos Africanos*, Edição Fundação Calouste Gulbenkian, 1940.

FRANCISCO, Miguel, *Nuvem Negra – O Drama do 27 de Maio de 1977*, Lisboa, Clássica Editora, 2007.

GRAÇA, Pedro Borges, *A Construção da Nação em África (Ambivalência Cultural de Moçambique)*, Coimbra, Edições Almedina, 2005.

GEARY, Patrick J, *O Mito das Nações A Invenção do Nacionalismo*, Lisboa, Edições Gradiva, 2008, 1ª edição.

JOSÉ, Manuel, *Para Compreender Angola*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998, 1ª edição.

JR, Joseph S. Nye, *Compreender os Conflitos Internacionais - Uma Introdução à Teoria e à História*, Tradução: Tiago Araújo, Lisboa, Editora Gradiva, Maio, 2002, 1ª edição.

HENRIQUES, Mendo Castro, *A Filosofia Civil de Eric Voegelin – Teses*, Lisboa, Editora Universidade Católica Portuguesa, 1994.

HOBBS, Thomas, *Leviatã*, Lisboa, Edição Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 3ª Edição.

- HODGES, Tony, ANGOLA – *Do Afro - Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, Lisboa, Editora Principia, Junho, 2002. 1ª edição.
- HUNTINGTON, Samuel P., *O Choque das Civilizações – e a Mudança na Ordem Mundial*, Lisboa, Edições Gradiva, 2001, 2ª edição.
- KAPUSCINSKI, Ryszard, *Mais um dia de vida Angola - 1975*, Porto, Edição Campos das Letras, 1997, 1ª edição.
- LAVROFF, Dmitri Georges, *Histórias das ideias políticas*, Lisboa, Edições 70, Abril, 2006.
- MCQUEEN, Norrie, *A Descolonização da África Portuguesa: A Revolução Metropolitana e a dissolução do Império*, Inquérito, Mem Martins, 1997.
- MATUMONA, Muanamosi, *A Reconstrução de África na Era da Modernidade – Ensaio de uma Epistemologia e Pedagogia da Filosofia Africana*, Uíge (Angola), Edição do SEDIPU, 2004.
- MEYNAUD, Jean, *Os Grupos de Pressão*, Coleção saber, Publicações Europa-América, 1960.
- MIRANDA, Félix, *Angola – O Futuro é Possível*, Lisboa, Editora Vega, 2000.
- MOITA, Luís, *Os Congressos da FRELIMO, do PAIGC e do MPLA – uma análise comparativa*, Lisboa, Coleção África em luta - Nova Série 1, Edição: José A. Ribeiro, 1979,
- NEVES, Fernando, *Negritude e Revolução em Angola*, Paris, Edições «ETC», 1974.
- PIMENTA, Fernando Tavares, *Angola, Os Brancos e a Independência*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2008.
- PACHECO, Carlos, *Repensar Angola*, Lisboa, Edições Vega, 2000, 1ª edição.
- PINSKY, Jaime; PINSHY, Carla Bassanezi, *História da Cidadania*, Editora Contexto, Março, 2003.
- PINTO, Jaime Nogueira, *Jogos Africanos*, Lisboa, Editora: Esfera dos Livros, 2008, 1ª edição.
- PELLISSIER, René, *História da Campanha de Angola – Resistências e Revoltas 1845-1941*, Lisboa, Editora Estampa, 1997.
- POLICARPO, Fernando, *Batalhas da História de Portugal, Guerra de África - Guiné 1963-1974*, Vol., 22, Edições Quidnovi, Lisboa, 2006.

PLATÃO, *A República*, Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira, 10ª ed., Edições Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

PRÉLOT, Marcel, - LESCUYER, Georges, *História das Ideias políticas*, Lisboa, Volume II, Editorial Presença, 2001.

REGNERA, Václav; DVORÁK, Ladislav, *Conspiração contra a Soberania dos Povos*, Edição Agência de Imprensa, Orbis, Praga, 1984.

ROCA, Zoran, *As crianças de rua em Angola*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

RODNEY, Wlatter, *Como a Europa Subdesenvolveu a África*, Lisboa, Editora Serra Nova, 1975.

ROQUE, Fátima Moura, *Construir a paz em Angola – Proposta política e económica*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000, 1ª edição.

ROQUE, Fátima Moura, *Apelos Angolanos – Chegou a Hora da Paz e da reconciliação*, Lisboa, Editora: Hugin Editores, 2000, 1ª edição.

SAKALA, Alcides, *Memórias de um Guerrilheiro*, Lisboa, Editora Dom Quixote, Outubro, 2006, 3ª edição.

SAVIMBI, Jonas Malheiro – *Um Desafio à Ditadura Comunista em Angola*, Amadora, Edições Armasilde Editores, Julho, 1977.

SOUSA, Daniel de, *A Ideologia, os Ideólogos e a Política*, Lisboa, Edições Livros Horizontes, Lda, 1978.

SMITH, Anthony D., *A Identidade Nacional*, Tradução Cláudia Brito, Lisboa, Editora Gradiva, 1997, 1ª edição.

TEIXEIRA, Rui de Azevedo, *Batalhas da História de Portugal, Guerra de África - Guiné 1961-1974*, Lisboa, Vol., 21, Edições Quidnovi, 2006.

TINHORÃO, José Ramos, *Os Negros em Portugal*, Lisboa, Edições Caminhos, 1988, 2ª edição.

TORNIELLI, Andreia, *O Papa Bento XVI- O Guardião da Fé*, Lisboa, Editorial Presença, 2005.

VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de; *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*, Luanda/Lisboa, Publicação Editora Firmamento, Abril, 2006, 1ª edição.

WERTH, Nicolas, *A Rússia em Revolução 1917*, Tradução José Alfaro e Ida Boavida, Lisboa, Editora Quimera, 1997.

WRIGHT, George, *A Destruição de um País - A Política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*, Tradução: Maria do Carmo Pereira Gago da Silva, Lisboa, Editora Caminho, 2000, 1ª edição.

ZERBO, Joseph Ki, *Para Quando África?* (Entrevista de René Holenstein), Porto, Edições Campos das Letras, 2006.

ZERBO, Joseph Ki, *História da África Negra II*, Sintra-Mem Martins, Publicações Europa-América, Vol., II, 1972.

FONTES DE IMPRENSA

JORNAL PÚBLICO, *Relatório Análise das legislativas já na perspectiva do voto para as presidenciais*, Segunda-Feira 23 de Fevereiro 2009.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ, *UNITA elege Samakuva*, Sábado, 28.Junho.2003.

Revista Expresso, Nº 1531, 2.Março.2002.

REVISTA MEDIA XXI, *Herói do Jornalismo e da Liberdade, Rafael Marques*, Ano V, Nº 60.

REVISTA MENSAL DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS, *O Mundo em Português, Angola sem Savimbi*, Ano III, Nº 30, Março de 2002. REVISTA VISÃO, *As últimas horas de SAVIMBI*, Nº 469, 28 de Fevereiro a 6 de Março de 2002, Portugal.